

**Nº05 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 04 de março
de 2019. -----**

Aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram catorze horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de treze de fevereiro de dois mil e dezanove. ----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Socialista, Senhora Eng. Victor Augusto Costa Santos, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por motivos pessoais, urgentes e inadiáveis. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) "Floresta Segura 2019" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 19 de fevereiro do corrente ano, arrancou a fase inicial da operação "Floresta Segura 2019". ----- Trata-se de uma operação da Guarda Nacional Republicana que conta com a parceria do Município de Chaves e vários agentes da Proteção Civil. Esta fase, que decorreu, entre o dia 19 e 26 de fevereiro, pretendeu identificar todas as parcelas de terreno que não estão conforme os critérios de gestão estipulados por Lei, no âmbito da operação nacional de promoção de limpeza, em torno das edificações. ----- Tal cerimónia teve lugar nas instalações do destacamento territorial da Guarda Nacional Republicana de Chaves. ----- Em tal cerimónia, foram ainda apresentados os resultados relativos ao ano de 2018, que se traduziram num ótimo exemplo de boas práticas preventivas, no Concelho de Chaves, apresentando uma taxa de 90% de correção voluntária, das situações de não conformidade identificadas, o que demonstra um elevado grau de colaboração por parte dos particulares. -----

b) Empreitada de "Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas das Ruas Linha do

Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4 - LOTES 8 e 12" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 19 de fevereiro do corrente ano, teve início a obra de melhoramento da Rua dos Aregos, em Chaves, no âmbito da Empreitada de "Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira - PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4 - LOTES 8 e 12", esta intervenção tem um custo global de aproximadamente 832 mil euros, sendo cofinanciada a 85% da despesa elegível, no âmbito do Programa Operacional Regional Norte 2014-2020 (NORTE 2020). -----

c) Município cria equipas de intervenção com técnicos em diversas áreas para promover o sucesso escolar no Concelho - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, o Município de Chaves, conta com duas equipas de intervenção, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar(PIICIE), na sequência de uma candidatura apresentada ao Programa Operacional Regional do Norte (Norte 2020). -----

Este plano tem como principal objetivo diminuir as taxas de retenção e de desistências nas escolas, promover o desenvolvimento de competências psicossociais, potenciar a motivação para a aprendizagem e aquisição de conhecimentos, melhorar a comunicação escrita e verbal, bem como valorizar a cidadania ativa, a criatividade e a inovação. --

d) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação ao Agrupamento Fernão de Magalhães, pela sua liderança no ranking das Escolas secundárias do Distrito de Vila Real, posicionando-se em 1 lugar no ranking da região e 100º lugar no ranking geral. -----

A autarquia felicita igualmente os Agrupamentos Dr. António Granjo e Dr. Júlio Martins pela melhoria dos resultados neste ranking. ----- Neste contexto, o Município felicita os alunos, docentes, respetivas direções e demais colaboradores dos três agrupamentos pelos resultados alcançados, que muito orgulham o Concelho. -----

e) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação aos atletas flavienses Maria e Gonçalo Barreira, pelos títulos alcançados, sagrando-se campeões da terceira e última jornada da Liga Olímpica de Karaté, que decorreu no pretérito dia 23 de fevereiro, em Cascais. -----

O Município felicita, ainda, todos os atletas que representam o Karaté Club de Chaves, pelo nível de prestações, que muito dignificam o Concelho. -----

f) Abate de árvores - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que o Município de Chaves vai proceder ao abate de diversas árvores de médio e grande porte, distribuídas por arruamentos e espaços verdes da Cidade, como medida de preservação da segurança de pessoas e bens. -----

A autarquia sinalizou alguns exemplares que apresentam certo risco de insegurança, para os cidadãos ou colisão infraestrutural, por se encontrarem, quer em estado de degradação vegetativa avançada, quer implantadas, em situações erróneas, colidindo, assim, com alguns equipamentos e gerando danos matérias incontornáveis. -----

g) Dia Internacional da Proteção Civil - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que o Município de Chaves, no pretérito dia 01.03.2019, assinalou o Dia Internacional da Proteção Civil. ---- Para o efeito, a Praça de Camões deu lugar a uma demonstração de meios e um simulacro, onde participaram alunos do 2º e 3º ciclo. ----- A iniciativa contou com a participação de todos os agentes locais de proteção civil, nomeadamente, as três corporações de bombeiros do

Concelho, Guarda Nacional Republicana, Policia de Segurança Pública, Regimento de Infantaria 19, Sapadores Florestais, Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Chaves, INEM, e Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

Tal iniciativa pretendeu alertar para a importância da proteção civil, nomeadamente, para a prevenção e coordenação de esforços, em casos de emergência e calamidade. -----

h) Desfile de Carnaval 2019 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 01 de março, as ruas da cidade encheram-se de folia, cor e alegria com o tradicional desfile de Carnaval, que contou com a participação dos estabelecimentos de ensino e de diversas associações do Concelho. -----

As profissões de antigamente inspiraram mais de dois mil participantes, numa concentração festiva que juntou foliões dos 5 aos 85 anos e onde foi possível recordar atividades de outros tempos, tanto pelos participantes, como pela multidão que assistiu ao desfile.

i) Seminário de Turismo de Saúde e Termalismo - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a Escola Superior de Enfermagem, Dr. José Timóteo Montalvão Machado, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa e o Município de Chaves, está a organizar o Seminário de Turismo de Saúde e Termalismo, que decorrerá no Auditório do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, em Chaves, no próximo dia 09 de março. Neste contexto, dirigiu convite a todos os vereadores presentes, tendo em vista a sua participação, em tal evento. -----

j) Correção da Ata da Reunião ordinária do executivo Municipal, realizada, no pretérito dia 04.02.2019, mediante a correta identificação da corporação de Bombeiros que comemorou, recentemente, 130 anos de existência, no caso, Bombeiros Voluntários Flavienses - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que a ata da reunião do executivo, acima, mencionada, deve ser corrigida, no sentido de suprir o erro material registado, na sua redação, no que concerne à devida identificação da Corporação de Bombeiros do Concelho que, recentemente, comemorou os 130 anos de existência, no caso, **Bombeiros Voluntários Flavienses**. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de fevereiro de 2019. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido os seguintes comentários relacionados com o procedimento administrativo que vem sendo adotado, em matéria de redação das atas do Executivo Municipal: -----

1 - As atas são, sobretudo, a síntese de todas as intervenções que vão sendo produzidas, durante as reuniões, pelos membros do Órgão Executivo. -----

2 - As atas não visam nos termos do CPA, registar "ipsis verbis" as intervenções produzidas pelos seus membros. -----

3 - Ao invés, as atas devem reproduzir o essencial de tais intervenções, sendo garantido, de forma inequívoca, que o sentido de tais intervenções fique expresso, em tal documento. -----

4 - Assim, para evitar, no futuro, algumas dificuldades, na redação das atas, os Vereadores intervenientes que pretendam que as suas intervenções sejam transcritas para a ata, deverão apresentar, por escrito, o teor da intervenção, na íntegra até ao final da respetiva reunião. -----

5 - A título de exemplo, revisitando a intervenção da Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, exarada, durante o "Período antes da ordem do dia", poder-se-á concluir que a mesma faz uma síntese correta de todas as suas declarações produzidas, no âmbito da problemática relacionada com as portagens, na "A24", não havendo, nessa justa medida, razões que justifiquem a revisão, nessa parte, da ata correspondente. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - Há intervenções realizadas, durante a reunião do executivo, que exigem uma elaboração mais cuidada da redação da respetiva ata. -----

2 - As correções, normalmente, por si, introduzidas, não têm a intenção de desvirtuar o essencial que se regista, durante as reuniões. -----

3 - A perspetiva dos Vereadores, sobre os diversos temas abordados, ao longo das reuniões do Executivo, deve ser a mais clara possível, e é, precisamente, essa perspetiva que deve ser, fielmente, exarada, nas atas do Órgão Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra da Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar, depois de lida, a referida ata. ----

A Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

Declaração de voto -----
Sobre a votação da ata da reunião de Câmara de dia 18 de fevereiro de 2019. -----

O texto da ata foi enviado dia 21 de fevereiro às 15:16h, pelos serviços, como habitualmente, com a formulação se segue: "Junto se anexa, para correções, a versão provisória da minuta da ata da última reunião de Câmara realizada no dia 18.02.2019, a fim de ser confirmado o respetivo texto, na parte correspondente às intervenções de V. Exas. Caso entendam efetuar correções ao texto proposto, solicita-se que as mesmas sejam comunicadas, por esta via, o mais breve possível, tendo em consideração que o expediente para a assembleia municipal será entregue até às 10:00 horas de sexta-feira (22.02.2019)." -----

Lida a proposta de síntese da versão provisória da ata relativa às minhas intervenções do período antes da ordem do dia referentes às portagens na A24, verifiquei que ela não integrava alguns argumentos por mim expendidos na discussão da matéria na reunião, pelo que reenviei o texto de acordo com as indicações e metodologia propostos, de forma a que chegasse aos serviços, com conhecimento de todos os membros do Executivo Municipal, antes do momento do envio dos documentos para a Assembleia Municipal. Assim, tendo tido acesso ao email no fim do dia de trabalho de 21 de fevereiro, enviei as minhas intervenções reescritas de forma a integrar todos os argumentos expendidos na reunião às 00:58h do dia 22 de fevereiro, o que permitia

integrar essas correções no texto a enviar à Assembleia Municipal. Entendo que compete apenas a cada membro do Executivo avaliar a fidelidade da proposta de texto aquilo que ele disse na reunião, sendo que ao enviar o texto com conhecimento de todos os elementos do Executivo todos ficavam com conhecimento do seu teor e podiam fazer qualquer observação, se assim o entendessem. -----

Foi, por isso, com natural desagrado que constatee que, tendo enviado a correção (no sentido de completar e tornar mais explícito o meu pensamento partilhado na reunião) de acordo com a metodologia solicitada, o Sr. Presidente recusou sem um fundamento legítimo essas correções tendo posto a votação a versão provisória da ata enviada pelos serviços. Tal atitude desrespeita um princípio básico de igualdade de direitos de todos os elementos do Executivo, e o Sr. Presidente arroga-se um direito que não tem, o de avaliar previamente e censurar se assim o entender, sem fundamentos válidos, as intervenções dos restantes membros do Executivo. Daí o meu protesto e o meu voto contra. Não posso aceitar esta censura e esta desconsideração dos contributos de cada um, pelo que anexo a esta declaração de voto o texto por mim enviado aos serviços relativo ao ponto já enunciado. -----

Maria Manuel Pereira Tender. -----

"Usou da palavra a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo iniciado a sua intervenção apresentando as suas saudações a todo o Executivo Municipal, e, bem assim, a todas as pessoas que se encontram a assistir à presente reunião pública. -----

Seguidamente, manifestou a sua concordância com os votos de congratulação, anteriormente, apresentados, pelo Senhor Presidente da Câmara, aos quais se associou, enaltecendo os resultados positivos obtidos pelos atletas flavienses, nas mais diversas modalidades desportivas e culturais objeto de congratulação por parte deste Executivo nesta reunião. -----

Tais resultados estão, incontornavelmente, associados ao mérito, esforço e dedicação dos atletas flavienses e, também, a todo o trabalho meritório desenvolvido pelas associações e coletividades do Concelho.-

De seguida, em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara relacionada com a cobrança de portagens, na "A24", a Vereadora do PSD, teceu, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1- O Senhor Presidente da Câmara não deve ter lido muito bem a ata da última reunião deste Órgão Executivo. -----

2 - A sua posição, sobre a matéria, nunca repousou no fim e/ou abolição das portagens, na "A24", mas sim, na sua progressiva redução prometida e anunciada pelo atual Governo. -----

3 - O que referiu na reunião anterior foi que o Governo se limitou, apenas, a reduzir o custo das portagens, na "A24", para as empresas transportadoras, dotadas do respetivo "CAE", julgando que no concelho não exista nenhuma com registo nesta área de atividade económica, pelo que tal medida não traz diretamente benefícios aos cidadãos do concelho ou da região. -----

4 - Com essa redução, o Governo beneficiou, apenas, as grandes empresas transportadoras, sendo certo que, tal medida, não atinge, favoravelmente, a seu ver, as empresas localizadas em Chaves e muito menos os Flavienses, que maioritariamente circulam em veículos de classe 1 que não sofreu qualquer redução, pelo contrário, sofreu um novo aumento no início deste ano com a atualização de preços. -----

5 - O Governo prometeu uma redução do custo das portagens, mas essa promessa não foi cumprida, não abrangendo, à partida, as empresas da nossa região daí o seu protesto na reunião anterior pois a redução devia incidir sobre os residentes e não é o caso. -----

6 - Do ponto de vista histórico, referiu que a decisão quanto à introdução de portagens, na "A24", foi tomada, pelo Governo, então, liderado, pelo PS, o mesmo partido que inicialmente as tinha definido como autoestradas sem custo para o utilizador, sendo certo que, tal decisão, veio a ser seguida, também, pelo PSD, continuando o seu Governo a manter idênticas medidas políticas, sobre a matéria. Todos sabemos que quando o Governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho tomou posse já estava instalado o sistema de pórticos, efetuado ainda pelo Governo liderado pelo Eng. José Sócrates, com quem o anterior Executivo de Chaves ainda tinha dialogado no sentido de conseguir eliminar um pórtico que prejudicaria particularmente o nosso concelho. Ora esses pórticos não tinham sido instalados como elementos decorativos mas associados a uma funcionalidade decorrente duma decisão política que foi anunciada na altura pelo Primeiro-Ministro.-

7 - A cobrança de portagens na "A24", diga-se, sendo uma solução errada e prejudicial para o desenvolvimento do Alto Tâmega, que não tem alternativas viáveis em termos de mobilidade e doutras modalidades de transporte, é da responsabilidade dos dois partidos políticos, no caso, PS e PSD. -----

8 - O PSD sempre foi coerente e nunca prometeu, mesmo em campanha eleitoral, a abolição das portagens nestas vias, sendo o Dr. Passos Coelho defensor do princípio do utilizador-pagador, como todos sabemos. -----

9 - Diferentemente, o PS prometeu, na última campanha eleitoral, a abolição das portagens cobradas nas "ex" SCUT'S, fazendo, assim, todo sentido que cumprisse, no presente mandato governativo, essa promessa eleitoral. -----

10 - Recentemente, o Bloco de Esquerda, o PCP e o partido Ecologista Os Verdes subscreveram propostas de resolução (que são simples recomendações e não têm força de Lei) apresentadas na Assembleia da República, recomendando ao Governo a abolição das portagens nas "ex" SCUT'S, iniciativas que têm sido sucessivamente apresentadas por estes partidos e rejeitadas por PSD, PS e CDS. -----

11 - Dever-se-á salientar que, nesta última votação, com a abstenção dos grupos parlamentares do PSD e do CDS, que assim viabilizavam o cumprimento da promessa eleitoral do partido socialista, tal resolução veio a ser rejeitada com os votos contra dos deputados do PS, a única bancada que votou contra, ainda que com algumas exceções que nunca colocaram em causa o chumbo da resolução. -----

12 - Foi, assim, o PS que não quis aprovar tal resolução, diga-se, favorável para os interesses da Região do Alto Tâmega. Não pode, por isso, ser responsabilizado o PSD e a Deputada aqui no exercício da função de Vereadora pelo chumbo da medida pois bastava a abstenção do PS para que a recomendação fosse aprovada mas o PS não votou favoravelmente nem se absteve: antes foi o único partido com assento parlamentar que votou contra. -----

Não esteve, por isso, bem, na sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara de Chaves quando numa publicação na sua página pessoal se congratulou com o voto favorável dos deputados do PS do distrito de Vila Real e lamentou a abstenção dos deputados do PSD pelo mesmo distrito relativamente às recomendações de abolição do pagamento de portagens, omitindo voluntariamente o sentido de voto contra as mesmas recomendações por parte da bancada do PS, a única que veio inviabilizar

a aprovação, pois a abstenção do PSD e do CDS não a inviabilizava, bastava o PS optar pela abstenção e a recomendação teria sido aprovada, mas o sentido de voto da bancada do PS foi contra, chumbando as iniciativas. Se o Senhor Presidente tinha algum lamento a fazer era relativamente à posição do seu partido que assim mostrou não pretender cumprir uma promessa eleitoral (o que não é sério), não era relativamente à dos outros partidos que com a sua abstenção viabilizavam a aprovação das iniciativas pela atual maioria que sustenta o Governo no Parlamento. Mas o Senhor Presidente da Câmara de Chaves referia também na sua publicação que os autarcas teriam de tomar "posições mais firmes e resolutas" e que ele estaria disponível para estar na linha da frente na defesa do interior, pelo que lhe deixava a questão: qual a sua estratégia de atuação sobre esta matéria? O que vai fazer para obrigar o Governo a cumprir a promessa eleitoral e para defender os interesses dos Flavienses? Ou foi apenas um exercício de retórica sem consequências?- -----

Usou, novamente, da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - No que diz respeito à reorganização judiciária que o Senhor Presidente acaba de referir, recordo que o PS fez uma campanha tremenda contra esta reorganização e contra as soluções nela vertidas. -----

2 - O PS comprometeu-se, politicamente, durante o seu Governo, a reverter tudo aquilo que, sobre a matéria, o PSD fez, no âmbito da reorganização judiciária, e que, na sua ótica, na solução apresentada para o Alto Tâmega, estava errado. No entanto, sabe o Senhor Presidente muito bem que aquilo que compete à Assembleia da República aprovar é a definição das Comarcas e não a distribuição das valências em cada Comarca, sendo esta da competência do Governo através da aprovação de Decreto-Lei. Assim, se o PS considerava má a reforma levada a cabo pelo Governo anterior, como explica que no último ano de mandato do seu Governo e com maioria parlamentar supostamente favorável à alteração da configuração encontrada pelo anterior Governo, mantenha tudo na mesma? E o que tem feito o Senhor Presidente e o PS de Chaves para que Chaves recupere o anterior estatuto e as valências perdidas? Ou agora considera que a solução já não é assim tão má? Isto é que é incoerência. Sabemos que o Governo pode, a qualquer altura, aprovar um Decreto-Lei com uma nova distribuição das valências pelos tribunais do distrito, mesmo sem mexer no número de Comarcas. Quanto à minha suposta insegurança pela proximidade das eleições legislativas, devia antes o Senhor Presidente preocupar-se com as autárquicas que poderão não ir de encontro às suas expectativas se não conseguirem defender os interesses dos Flavienses. -----

3 - Na presente data, estando no último ano de mandato do presente Governo liderado pelo Partido Socialista, deveria, assim, o Senhor Presidente da Câmara, apurar que medidas o atual Governo do País adotou tendo em vista a reversão das valências, entretanto, retiradas ao Tribunal de Chaves e o cumprimento da promessa eleitoral de abolição das portagens nas "ex" SCUT's que o PSD nunca prometeu, recusando-se a enganar os eleitores. Embora eu considere que seria justo e benéfico para a região, não fui eleita com base nessa promessa eleitoral pois o PSD tem defendido claramente perante os Portugueses o princípio do utilizador-pagador, não fazendo promessas que não pretenda cumprir e o PS que assumiu esse compromisso quando teve oportunidade de o concretizar inviabilizou-o. Retórica oca é isto e falar do interior e canalizar os recursos para o litoral como faz o atual Governo." -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - A Senhora Vereadora pretende reescrever a sua intervenção exarada, na última reunião desta Câmara, relacionada com a cobrança de portagens, na "A24". -----
 2 - Todavia, tal aclaração, diga-se, superveniente da redação da ata, não traduz o objetivo administrativo essencial prosseguido, pelo próprio documento (ata), devendo o mesmo narrar tudo o que de essencial se passa, no âmbito das reuniões, deste Executivo, registando, nos termos legais, as diversas intervenções produzidas, pelos seus membros. -----
 3 - A competência para conduzir e presidir os trabalhos da reunião deste Executivo está, legalmente, confiada, ao Presidente da Câmara, sendo, como tal, absolutamente, legítimos os comentários apresentados, sobre a redação das atas deste órgão administrativo. -----
 4 - Tais comentários derivam do poder/dever confiado, legalmente, ao Presidente da Câmara, conformador da correta redação das atas, partindo da avaliação de tudo aquilo que de essencial se regista, no âmbito do adequado e normal funcionamento do Órgão Executivo. -----
 5 - Tudo, nos termos do disposto, sobre a matéria, no Anexo I, da Lei n.º 75/2013 e no "CPA". -----
 6 - Por último, dever-se-á salientar que os Vereadores não dispõem, nem poderiam dispor, do poder/competência de auto-redação das atas e/ou da sua revisão que desvirtue o conteúdo essencial que as mesmas devem traduzir. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA "EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A". PROPOSTA Nº 14/GAP/19. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

A empresa EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., através do ofício que se anexa, datado de 18 de fevereiro de 2019, solicita, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 26º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a designação do representante do Município de Chaves na Assembleia Geral da empresa.-----

Considerando que à luz do disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais.-----

II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Pelas razões acima evidenciadas e para efeitos do estipulado na alínea oo), do nº1 do Artigo 33º, Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de propor ao executivo camarário, que adote deliberação no sentido de: -----

- Aceitar a designação do Vereador Municipal, Dr. Francisco António Chaves de Melo, como representante do Município de Chaves na Assembleia Geral da EHATB, EIM, S.A.; -----
- Em caso afirmativo, deverá o teor integral da presente deliberação ser levada ao conhecimento da empresa em causa, expedindo-se, para o efeito, a competente notificação, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. -----

Chaves, 25 de fevereiro de 2019. -----
 O Presidente da Câmara Municipal, -----
 (Nuno Vaz)-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA 16/GAP/19. ---
 Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação -----

- Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, diploma legal que veio a introduzir relevantes alterações no quadro legal disciplinador da panóplia de competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais (Municípios e Freguesias), prevê, expressamente, na alínea a), do art. 39º, do Anexo I, que compete à Câmara Municipal, no âmbito das competências de funcionamento, elaborar e aprovar o Regimento; -----
- Considerando que o órgão executivo municipal, em sua primeira reunião ordinária realizada no dia 27 de outubro de 2017, aprovou, por unanimidade, a estratégia de atuação consagrada na Proposta nº 09/GAP/2017, e consubstanciada na distribuição do projeto de Regimento da Câmara Municipal de Chaves, por todos os Vereadores que integram o aludido Órgão, no sentido de poderem apresentar, por escrito, os contributos, tidos como pertinentes, em vista ao melhoramento da redação do clausulado do dito projeto regimento, no estrito cumprimento do quadro legal aplicável, sobre a matéria; -----
- Considerando que, decorrido o aludido prazo (oito dias úteis), não foram apresentados e ou registados quaisquer contributos, por parte dos Vereadores que integram o Órgão Executivo Municipal; -----
- Considerando que, no dia 16 de novembro, a câmara municipal, em sede de reunião ordinária, aprovou, na generalidade, a proposta de regimento em anexo à proposta n.º 13/GAP/2017; -----
- Considerando que, na sequência da aprovação do documento, na generalidade, foi o mesmo enviado a todos os Vereadores que integram o aludido órgão, no sentido de poderem apresentar, por escrito, os contributos, tidos como pertinentes, em vista ao melhoramento da redação do clausulado do dito projeto regimento, e subsequente aprovação na especialidade; -----
- Considerando que, neste contexto, vieram a ser apresentadas, pela Vereadora do Partido Social Democrata, Drª Manuela Tender, um conjunto de sugestões, incidindo as mesmas, maioritariamente, na ortografia e estruturação frásica de algumas normas do clausulado do Regimento, em vista a melhorar o conteúdo do documento aprovado na generalidade; --
- Considerando que, nesta justa medida, se torna necessário, antes de avançar para a aprovação, na especialidade, da proposta de Regimento da Câmara Municipal de Chaves, analisar as referidas sugestões apresentadas; -----

II - Da análise das sugestões apresentadas pela Vereadora do Partido Social Democrata, Drª Manuela Tender -----

- No n.º 5, do artigo 2º, a palavra "órgão" seja substituída por "Órgão"; -----

Análise: Da leitura da Lei n.º 75/2013, rapidamente se verifica que o legislador, sempre que se refere a "órgão", fá-lo com letra minúscula.

Veja-se, a título exemplificativo, o n.º 4, do artigo 40º, do Anexo I, da referida Lei, e referente à matéria constante do n.º 5, do artigo 2º, do Regimento. -----
Nesta justa medida, a redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **No n.º 1, do artigo 3º, onde se lê "além de outras funções" dever-se-á passar a ler "além doutras funções";** -----

Análise: Nos termos do acordo ortográfico da língua portuguesa¹, tanto se admite o uso da locução adverbial "de outras" como do advérbio que representa a contração dos seus dois elementos: "doutras". -----
Assim sendo, dever-se-á manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• **No n.º 3, do artigo 4º, onde se lê "do presente artigo", dever-se-á ler "do presente Artigo";** -----

Análise: Ao longo da Lei n.º 75/2013, sempre que legislador objetiva uma remissão ou referência a uma disposição legal constante noutra norma, escreve "artigo" com letra minúscula. -----
Veja-se, a título exemplificativo, o n.º 1, do artigo 60º e o n.º 2, artigo 73º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013. -----
Nesta justa medida, a redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **No n.º 7, do artigo 7º, onde se lê "(...) cada membro do Executivo não poderá intervir mais do que duas vezes por cada assunto.", dever-se-á ler "(...) cada membro do Executivo não poderá intervir mais do que três vezes por cada assunto."** -----

A redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **Nos n.ºs 10 e 11, do artigo 7º, onde se lê "antes da ordem do dia" dever-se-á ler "Antes da Ordem do Dia";** -----

Análise: O período "de antes da ordem do dia" encontra-se regulado pelo artigo 52º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013. -----
Sendo certo que tal período é sempre identificado, pelo legislador, com letra minúscula, pelo que se deverá manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• **No n.º 11, do artigo 7º, onde se lê "(...) bem como, apresentar, por escrito" dever-se-á ler "(...) podendo apresentar, por escrito (...);**
A redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **No n.º 2, do artigo 8º, onde se lê "A ordem do dia e a respetiva documentação será enviada (...) dever-se-á ler "A ordem do dia e a respetiva documentação serão enviadas (...)"** -----

A presente sugestão é de aceitar. Tal sugestão já foi traduzida no texto da norma em apreciação, em vista à sua aprovação na especialidade. -----

• **No n.º 2, do artigo 8º, substituir "órgão executivo municipal" por " Órgão Executivo Municipal":** -----

"Para o efeito, será remetido por correio eletrónico, a todos os membros que integram o Órgão Executivo Municipal, o projeto de minuta de ata da reunião correspondente, integrando o mesmo a transcrição integral de todas as propostas e/ou informações que irão ser objeto de análise, discussão e votação, e, bem assim, todos os documentos que não constem do mencionado projeto de minuta." -----

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração ao n.º 5, do artigo 2º, do Regimento. -----

• **No n.º 3, do artigo 8º, onde se lê "(...) por qualquer membro do órgão (...)" dever-se-á ler "(...) por qualquer membro do Órgão (...);** ---

¹ In "Acordo Ortográfico - Porto Editora", página 32. -----

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração proposta ao n.º 5, do artigo 2º, do Regimento.

• No n.º 3, do artigo 9º, onde se lê "(...) para solicitar esclarecimentos terão de fazer (...) " dever-se-á ler "(...) para solicitar esclarecimentos poderão fazer (...) "; -----

A redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• No n.º 4, do artigo 9º, onde se lê "(...) referido no n.º 1 deste artigo (...) " dever-se-á ler "(...) referido no n.º 1 deste Artigo (...) "; -

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração proposta ao n.º 3, do artigo 4º. -----

• No n.º 6, do artigo 9º, onde se lê "(...) das competências do órgão colegial (...) " dever-se-á ler "(...) das competências do Órgão colegial (...) "; -----

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração proposta ao n.º 5, do artigo 2º, do Regimento.-

• No n.º 3, do artigo 10º, onde se lê "(...) bem como às disposições constantes no n.º 5, do artigo 2º e artigo 4º, do presente Regimento (...) " dever-se-á ler "(...) bem como às disposições constantes no n.º 5, do Artigo 1º e Artigo 3º do presente Regimento (...) "; -----

Análise: Salvo o devido respeito, as remissões que se encontram previstas no n.º 3, do artigo 10º, da proposta de Regimento, na redação aprovada na generalidade, estão corretas, pelo que não se vislumbra a necessidade de proceder a qualquer alteração. -----

Tanto mais que o artigo 1º, da proposta de Regimento, não contempla um n.º 5. -----

Assim sendo, dever-se-á manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• No n.º 3, do artigo 11º, onde se lê "o órgão delibera" dever-se-á ler "o Órgão delibera"; -----

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração proposta ao n.º 5, do artigo 2º, do Regimento.-

• No n.º 4, onde se lê "o presidente da câmara" dever-se-á ler "o Presidente da Câmara"; -----

Análise: Da leitura da Lei n.º 75/2013, rapidamente se verifica que o legislador sempre que se refere ao presidente da câmara, fá-lo com letra minúscula. -----

Veja-se, a título exemplificativo, o artigo 54º, do Anexo I, da referida Lei. -----

Sendo que todas as referências a "Presidente da Câmara" no texto da norma em apreciação, já foram alteradas para letra minúscula, em vista à sua aprovação na especialidade -----

Assim sendo, dever-se-á manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• No n.º 1, do artigo 12º, onde se lê "as quais serão, exclusivamente, apresentadas oralmente ou por escrito" dever-se-á ler "as quais serão apresentadas oralmente ou por escrito"; -----

A presente sugestão é de aceitar. Esta sugestão já foi traduzida no texto da norma em apreciação, em vista à sua aprovação na especialidade. -----

• No n.º 2, do artigo 13º, onde se lê "da autarquia local" dever-se-á ler "da Autarquia Local"; -----

Análise: Da leitura da Lei n.º 75/2013, rapidamente se verifica que o legislador sempre que se refere às autarquias locais, fá-lo com letra minúscula. -----

Veja-se, a título exemplificativo, o n.º 2, do artigo 57º, do Anexo I, da referida Lei. -----

Assim sendo, dever-se-á manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• **No n.º 3, do artigo 13º, onde se lê "no final da sessão ou reuniões" dever-se-á ler "no final da sessão ou reunião";** -----

A presente sugestão é de aceitar. Esta sugestão já foi traduzida no texto da norma em apreciação, em vista à sua aprovação na especialidade. -----

• **No n.º 1, do artigo 14º, o período de "trinta minutos", previsto na mesma disposição, deverá ser alargado para sessenta;** -----

A redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **Nos n.ºs 2 e 6, do artigo 14º, a referência a "cidadãos" deverá ser substituída por "municípios";** -----

Análise: Da leitura da Lei n.º 75/2013, rapidamente se verifica que o legislador se refere, sempre, a cidadãos, e nunca a municípios. -----
Veja-se, a título exemplificativo, a alínea o), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I, da referida Lei. -----

Assim sendo, dever-se-á manter a redação, inicialmente, aprovada pelo órgão executivo municipal. -----

• **Ainda no n.º 2, do artigo 14º, onde se lê "deverá constar um breve resumo" dever-se-á ler "poderá constar um breve resumo";** -----

A redação do Regimento, nesta parte, não deve ser alterada. -----

• **No n.º 3, do artigo 16º, onde se lê "previstas no artigo 73º do Código do Procedimento Administrativo", dever-se-á ler "previstas no Artigo 73º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

Análise: Sobre esta matéria, vejam-se os comentários tecidos a propósito da alteração proposta ao n.º 3, do artigo 4º. -----

III - Da aprovação da proposta de Regimento na especialidade -----

• Considerando que o Regimento da Câmara Municipal de Chaves deve ser perspectivado como um Regulamento de organização e funcionamento do órgão colegial - Executivo Camarário -; -----

• Considerando que o Município de Chaves não dispõe de tal instrumento regulamentar, disciplinador do regular funcionamento do Executivo Municipal, impondo-se, por isso, a aprovação de tal Regulamento, para vigorar no mandato autárquico que ora se inicia; --

• Considerando, por último, que a aludida proposta de Regimento da Câmara Municipal de Chaves encontra-se em condições de ser submetida a ulterior aprovação na especialidade, de forma definitiva, por parte do órgão executivo municipal. -----

IV - Da Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto na alínea a), do art. 39º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, seja aprovado, na especialidade, e de forma definitiva, o Regimento da Câmara Municipal de Chaves, o qual se anexa à presente proposta; -----

b) Caso a presente Proposta venha a merecer a aprovação, nos termos anteriormente sugeridos, deverá ser promovida a sua divulgação pública, através da afixação, nos lugares do costume, dos correspondentes Editais, garantindo-se, concomitantemente, a sua publicação no Boletim da Autarquia e no Sítio da internet do Município. Chaves, 27 de fevereiro de 2019. -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: Proposta de Regimento da Câmara Municipal de Chaves. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a

proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO OCORRIDO JUNTO AO EDIFÍCIO NOVA HERA, CHAVES; - MÁRIO ALBERTO PEREIRA MOURA BORGES. INF. 39/DAF/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 10038, datado do pretérito dia 28/09/2018, Mário Alberto Pereira Moura Borges veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sua viatura, após ter embatido num buraco existente no estacionamento de uma zona perto do edifício Nova Hera, Chaves. -----

2. Através da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2019/01/07, a qual recaiu sobre a Informação nº 268/DAF/18, produzida no dia 20 de dezembro de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas na referida informação. -----

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 268/DAF/18, produzida no dia 20 de dezembro de 2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----
 Chaves, 18 de fevereiro de 2019. -----
 À consideração superior. -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 18-02-2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.21. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.22. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES (REATIVAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTO ACORDADO). PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: CÁTIA SOFIA MARTINHO FERREIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 49/DAF/2019 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do pedido efetuado por Cátia Sofia Martinho Ferreira para pagamento em prestações das dívidas existentes em execução fiscal, a Câmara Municipal por deliberação do dia 15/11/2018, deferiu o respetivo pedido, autorizando o pagamento em prestações, conforme o proposto pela Divisão de Administração e Fiscalização na sua Informação nº 232/2018, de 08/11/2018. -----

2. Da respetiva deliberação, os serviços administrativos competentes da Divisão de Administração e Fiscalização expediram, quer para o endereço postal, quer para o endereço eletrónico, indicados pela executada no seu requerimento, o teor do ofício com a referência 528/DCG/DAF/2018 e relativo ao deferimento do pedido de pagamento em prestações. -----

3. No dia 08/02/2019, através de e-mail, Cátia Sofia Martinho Ferreira, residente em França e com morada em Portugal, na localidade de Santo Estevão, concelho de Chaves, veio em síntese, solicitar a reativação do plano de pagamento em prestações de uma dívida em execução fiscal. -----

4. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a estratégia a adotar perante o incumprimento do referido acordo de pagamento. -----

5. Assim, cumpra-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T.-

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica,

não pode liquidar a dívida em questão de uma só vez, não devendo, em regra, o número das prestações exceder as 36 e o valor de qualquer uma delas ser inferior a uma unidade de conta no momento da autorização (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. --

3. Acresce que, a dívida exequenda em prestações não compreende as custas do processo nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda, sendo estes incluídos em cada prestação e até integral pagamento. -----

4. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor de € 708.03². --

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 6 prestações, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor igual ou inferior a uma unidade de conta. -----

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPTT, na redação atual, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

7. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT. --

8. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal aplicável, e relativa ao pagamento da quantia em dívida, em 6 prestações mensais, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, a requerente está dispensada de prestar garantia; -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

² Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que a requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----
 É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 26 de fevereiro de 2019. -----
 A Técnica Superior -----
 (Ana Tomaz) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 27-02-2019. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. "ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS" 1.ª MARATONA BTT PASTEL DE CHAVES". REQ: BTT CLUBE DE CHAVES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 25 - STL/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que a Associação denominada "BTT CLUBE DE CHAVES", com sede na Rua dos Aregos, Loja 11, Antiga Escola de Enfermagem, Chaves, veio solicitar a este Município a respetiva autorização/licença para a realização de uma prova denominada "1ª MARATONA BTT PASTEL DE CHAVES", que terá lugar no dia 10 de março, do corrente ano, a partir das 9h00 horas, sendo a partida e chegada no Largo da Solveira, Chaves.

2. Considerando que, no aludido requerimento, o "BTT CLUBE DE CHAVES" solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes; -----

3. Assim cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

3.2 Nesta conformidade, n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

"As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."; -----

3.3 Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais

elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerimento instruiu o seu com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária. -----

3.5 Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a Associação em causa não tem dívidas perante o Município de Chaves, documento cujo teor integral se anexa; -----

3.6 Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas à emissão da licença para o fim em vista, ascendem ao montante de € 22.25 (vinte e dois euros e vinte e cinco Cêntimos); -----

II - Da Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, sugere-se que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que seja reconhecida pelo Presidente da Câmara, que o requerente reúne o requisitos legais para poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, no valor de €22.25 (vinte e dois euros e vinte e cinco cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2,8 e 12, do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

Chaves, 19 de fevereiro de 2019 -----

A Assistente Administrativa -----

Maria Manuela Sargento -----

Em anexo: Os referidos documentos.-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 26-02-2019. -----

Visto. Concorro com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. HABITAÇÃO DESTRUÍDA POR UM INCÊNDIO - ALDEIA DE IZEI. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º07/SHSDPC/N.º05/2019-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2019.02.21. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2019.02.25. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA (BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES). INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº26/SHSDPC/N.º10/2019. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2019.02.14. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2019.02.25. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REVISÃO DO VALOR DA RENDA. ARRENDATÁRIO: JOSÉ FERNANDO MOREIRA CORREIA, BLOCO E- CASA 4 (BAIRRO SOCIAL DOS FORTES).INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº27/SHSDPC/N.º11/2019-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2019.02.15. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2019.02.25. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JOSÉ MARIA SOARES CARDOSO INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº28/SHSDPC/N.º12/2019-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2019.02.14. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2019.02.25. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. UNIVERSIDADE JÚNIOR 2019. INFORMAÇÃO Nº35/SE Nº14/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

No ano letivo 2017/2018, o Município de Chaves celebrou um protocolo com a Universidade do Porto, **UPorto**, que estabelecia as condições gerais para a participação de jovens estudantes do Concelho de Chaves em Cursos de Verão - Universidade Júnior. -----

Considerando que a Universidade do Porto, através do ofício em anexo, já veio endereçar o convite para que a referida parceria se mantenha para a 15ª edição - Universidade Júnior 2019; -----

Considerando que a Universidade do Porto, desenvolve desde 2005 um programa de sensibilização dos jovens, desde o 5º ano até ao 11º ano, para a Ciência e Tecnologia, Artes e Ciências Sociais e Humanas, designado por "Universidade Júnior" que decorre **durante o mês de julho**, constituído por programas com duração de uma semana, permanecendo os alunos na Universidade do Porto (nas diversas faculdades de acordo com os temas), de segunda-feira a sexta-feira, das 9h00 às 18h00. -----

Considerando que existe depois um sistema de alojamento, que funciona na Escola Prática das Transmissões, para os alunos oriundos de concelhos distantes, sendo acompanhados por monitores qualificados entre as 18h00 e as 09h00, sendo este opcional, uma vez que pode haver alunos que tenham possibilidade de estadia no Porto. -----

A informação dos conteúdos dos programas e das atividades a desenvolver é disponibilizado no portal da Universidade Júnior, onde é feita também a inscrição de cada participante. -----

No ano de 2018, o Município apoiou o transporte de 55 alunos, através de viaturas Municipais e apoiou o pagamento das propinas, cujo valor era de 80€, de 2 alunos do escalão A (50%) e de 3 alunos do escalão B (25%). -----

A estimativa da despesa referente ao transporte foi a seguinte: -----

Despesa Viatura	Ajudas de custo	Gasóleo	Portagens	Total viagem	Ida e Volta	Total Alunos
Ligeira de 5 lugares	50,00€	40,00€	15,00€	105,00€	210,00€	03
Mini Autocarro	50,00€	60,00€	40,00€	150,00€	300,00€	23
Mini Autocarro	50,00€	60,00€	40,00€	150,00€	300,00€	24
Carrinha de 9 lugares	50,00€	40,00€	40,00€	130,00€	260,00€	05
Total	200,00	200,00€	135,00€	535,00€	1.070,00€	55

Despesa estimada referente a 2018

Transporte ida e volta	Valor do apoio da inscrição	Total
1.070,00€	140,00€	1.210,00 €

Assim, como forma de dar continuidade à parceria entre o Município de Chaves e a Universidade do Porto, propõe-se para o programa **Universidade Júnior 2019**, o seguinte: -----

1. Apoio de transporte semanal até 20 alunos/semana, (ida e volta); -
Saída de Chaves ao domingo às 19:30 -----
Regresso do Porto na sexta-feira a partir das 18h.30m. -----

2. Apoio do pagamento de propina, **80€**, de acordo com o escalão de cada aluno: -----

Escalão A - 80% -----
Escalão B - 50% -----
Escalão C - 20% -----

O valor base da despesa relativamente ao pagamento da propina poderá ser entre 0€ a 1.280,00€/semana (5.1200,00€/mês), variando de acordo com o escalão do aluno. Este valor será calculado após a receção das inscrições no programa Universidade Júnior 2019. -----

Cada aluno fará previamente a inscrição, de acordo com as normas do programa, sendo posteriormente reembolsado pelo Município, de acordo com o escalão social atribuído. -----

Valor estimado total da despesa para o apoio: -----

Transporte ida e volta	Valor do apoio da inscrição (valor máximo variando de acordo com escalões dos alunos)	Total
1.200,00 € (300€/semana)	5.120,00 €	6.320,00 €

II - Proposta -----

Neste sentido face ao exposto propõe-se ao executivo municipal: -----

1. Que seja mantido o protocolo de cooperação entre a Universidade do Porto e o Município de Chaves para a edição do programa "Universidade Júnior 2019", nomeadamente no apoio à participação dos jovens do concelho no referido programa, no que concerne: -----

- Ao apoio de transporte semanal até 20 alunos/ semana (ida e volta);
- Ao apoio no pagamento da propina, cujo valor é de **80€**, de acordo com o escalão de cada aluno: -----

Escalão A - 80% -----
Escalão B - 50% -----
Escalão C - 20% -----

2. Que caso esta proposta mereça concordância superior que a mesma seja agendada à próxima reunião de câmara ao abrigo do disposto na

alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

3. A presente despesa tem enquadramento orçamental através da rubrica 04080202. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior, -----

Lídia Pinto -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PROPOSTA PARA A EXECUÇÃO DO FESTIVAL "N2" CHAVES" - 2019. INFORMAÇÃO Nº 40 - ANO 2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO/OBJECTIVOS -----

O Festival N2 nasceu em 2018 com o objetivo principal de se tornar um dos grandes aportes culturais e de entretenimento para a nossa região e tornar Chaves numa referência a nível nacional neste tipo de espetáculos. Após uma primeira edição com grande adesão da parte do público, para o ano de 2019 pretende-se chegar aos seguintes objetivos:

- Atrair 10 000 festivaleiros; -----
- Alargar o Festival a vários pontos da cidade; -----
- Envolver a comunidade local ao nível artístico, turístico e gastronómico; -----
- Suscitar interesse nacional. -----

Pensar de dentro para fora. A envolvimento da comunidade leva ao aumento da sensação de pertença e, consequentemente, de orgulho no produto criado. Deste modo, é necessário alargar a participação da comunidade, não só sob o ponto de vista de participação das bandas locais, mas também ao nível da envolvimento de voluntários na produção do evento. O Festival N2 deve também ser um motor impulsionador dos negócios locais. Assim, deverão ser criadas sinergias que possam, simultaneamente, contribuir para um maior conforto dos visitantes do festival; mas também que possam contribuir para um aumento de receita nos negócios da cidade (hotéis, alojamentos locais, restaurantes, bares, museus, etc.). Abrindo as portas da cidade ao Festival N2 é possível contornar limitações logísticas, ao mesmo tempo que se coloca o evento na ordem do dia dos flavienses. -----

A programação do Festival N2 deverá ser eclética, assentando sempre na qualidade, nas novas tendências, procurando diferenciar-se no que está a ser praticado nas regiões à volta. Deste modo, é importante que a história/cultura inerente à mítica estrada N2 esteja patente não só ao longo dos três dias do evento, mas também nos meses que o antecedem. Esta opção permite contribuir para a diferenciação do festival, ao mesmo tempo que cria mais matéria passível de ser noticiada em tranches, mantendo sempre o festival nos tópicos diários. -----

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA -----

Previsão orçamental -----

De modo a cumprir os objetivos previstos e tendo em conta o orçamento do ano anterior, a previsão orçamental para a realização da 2ª edição do Festival N2 situa-se sempre em valor inferior a 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) com IVA incluído. -----

Os custos decorrentes da execução do festival serão assumidos pela autarquia a qual também arrecadará as receitas que se apurarem com bilheteira, taxas por ocupação do espaço público e licenças para venda de bens ou serviços qualquer que seja a sua natureza. -----

A Autarquia contratará diretamente os pagamentos decorrentes dos seguintes bens e serviços, sobre a orientação técnica da entidade organizadora parceira que se estimam em 76 000,00 € (setenta e seis mil euros) com IVA incluído: -----

Merchandising -----

Palco, Gerador e abastecimento -----

Som e Luz -----

Vedação -----

Alimentação | Barracas -----

Segurança -----

Licenças -----

Limpeza -----

Programação Grupos em valor paritário com o total da programação ----

Tendo em conta os objetivos, a escassez de recursos humanos do Município com disponibilidade a tempo inteiro, o Município de Chaves deverá estabelecer parceria com entidades externas para a organização do Festival. -----

A entidade organizadora parceira prestará os seguintes serviços à autarquia no âmbito do Festival N2 responsabilizando-se por todas as despesas inerentes aos mesmo, as quais que se estimam no valor máximo de 74.000,00 € (setenta e quatro mil euros) com IVA Incluído: -----

Produção (inclui definição técnica completa de meios e respetivos fornecedores) -----

Comunicação + Promoção (inclui produção , impressão e difusão) -

Equipa de Trabalho -----

Pessoal Bilheteira -----

Acompanhamento de Artistas (tudo incluído para todos os grupos do festival) -----

Internet -----

Cenografia (inclui a decoração de palcos, do recinto do festival e a iluminação do mesmo) -----

Programação Grupos Não Realizada pela autarquia em valor paritário com o total da programação -----

Deste modo o valor que a entidade organizadora parceira deverá receber é de 74.000,00 € (setenta e quatro mil euros) sendo que o restante valor de 76.000,00 € (setenta e seis mil euros) será pago diretamente pelo Município de Chaves às entidades que respeitem os requisitos técnicos definidos pela da entidade organizadora parceira para a realização dos serviços em questão. -----

Planeamento do Trabalho -----

O Festival N2 será realizado nos dias 1, 2 e 3 de agosto de 2019, no Jardim Público de Chaves. -----

De modo a promover o Festival N2 junto da comunidade flaviense, pretende-se criar um conjunto de atividades que antecedem o festival, entre os dias 29 e 31 de julho, de modo a que este esteja presente na comunidade antes de se iniciar o festival. -----

Março: -----
 Comunicação: Anuncio das Datas, Divulgação de alguns nomes de artistas; -----
 Interno: Fechar a programação; Equipa de Som e Luz; Palco; Segurança; Primeira Reunião Equipa de Trabalho -----
 Abril: -----
 Comunicação: Anunciar mais dois nomes de artistas; -----
 Interno: Cenografia; Área Alimentação; -----
 Maio: -----
 Comunicação: Publicidade impressa; -----
 Interno: Equipa de Limpeza; Internet; Produção de Merchandising -----
 Junho: -----
 Comunicação: Conferência de imprensa com uma atuação; Guia - onde ficar, como chegar, onde comprar; Vídeo Promocional; Cartaz completo. Interno: Campismo, Reunião Intermédia Equipa de Trabalho -----
 Julho: -----
 Comunicação: Comunicação Impressa; Exposição sobre N2; WarmUp -----
 Interno: Montagem - Última semana de Julho -----
 Agosto: -----
 Comunicação: Cobertura do festival; Publicações diárias sobre o festival; -----
 Interno: Acompanhamento de artistas; Bilheteira; Merchandising; Desmontagem; -----
Planeamento do Trabalho -----
 A programação musical do Festival N2 será dividida em dois palcos localizados no recinto do festival (Palco N2 e Palco Km0) e um palco itinerante que irá estar localizado em vários pontos da cidade, de modo a descentralizar o festival do Jardim Público e estar mais próximo da comunidade local. -----
 Deste modo a programação será definida do seguinte modo: -----
 Deste modo a programação será definida do seguinte modo: -----

Segunda - 29 Julho	Terça - 30 Julho	Quarta - 31 de Julho	Quinta - 1 de Agosto	Sexta - 2 de Agosto	Sábado - 3 de Agosto
Palco Cidade - Warm Up - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde	Palco Cidade - Warm Up - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde	Palco Cidade - Warm Up - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde	Palco Cidade - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde	Palco Cidade - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde	Palco Cidade - Artista a Definir Horário Previsto: Sunset - Final de Tarde
			Palco Km0 Primeiro Concerto da Noite - 21h30	Palco Km0 Primeiro Concerto da Noite - 21h30	Palco Km0 Primeiro Concerto da Noite - 21h30
			Palco N2 Artista Principal da Noite - 22h30	Palco N2 Artista Principal da Noite - 22h30	Palco N2 Artista Principal da Noite - 22h30

			Palco Km0 Fecho de Noite: 00H00	Palco Km0 Fecho de Noite: 00H00	Palco Km0 Fecho de Noite: 00H00
--	--	--	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Decorrendo do atrás exposto, tomo a liberdade de propor a V^a. Exa, e no superior interesse do desenvolvimento deste projeto, o seguinte: - Se for entendimento superior que este Festival "N2" Chaves - 2019, cujo projeto atrás se descreveu, deve merecer aceitação, que o mesmo seja presente na próxima reunião de câmara para apreciação e aprovação.

À consideração superior, -----

Chaves, 27 de fevereiro de 2019 -----

O Técnico superior em regime de mobilidade, -----

(José Alberto da Conceição Ribeiro) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV**PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:****1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA "O SAMURAI", SEDEADA NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 9/GAP/2019.-**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

A **Associação Portuguesa "O Samurai" - A.P.S.**, NIPC 509 125 034, com sede na Rua Dom Jerónimo de Ataíde, Escola n.º 4 de Chaves - Campo de Cima - Madalena, em 5400 - 009 Chaves, é uma Associação de cariz desportivo, cultural e social, que tem como vertente a prática da Luta Galhofa, Luta Olímpica, Greco-Romana, Wrestling de Praia, Grappling, Defesa Pessoal, MMA, Pankration, modalidades que estão na Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, solicita apoio para levar a cabo o **"Mundial de Beach Wrestling"** a realizar nos próximos dias 29 e 30 de Março.-----

Considerando a importância do desenvolvimento da modalidade de "Beach Wrestling", no Concelho de Chaves, sendo a A.P.S. - Associação Portuguesa "O Samurai" a organizar este ano o Mundial de Beach Wrestling 2019; -----

Considerando que o Mundial, tem sido ao longo dos anos um grande sucesso a nível de qualidade e com elevado número de participantes; - Considerando que o apoio financeiro e a isenção de taxas solicitados tem em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; -----

Considerando que este clube é promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que as entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que a Associação solicita isenção de qualquer tipo de taxas e licenças para poder realizar o evento; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.º 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do artº 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: "As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias". -----

Considerando que o apoio à entidade em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º- A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Apoiar financeiramente de acordo com os orçamentos enviados pela organização, a A.P.S.- Associação Portuguesa "O Samurai", com o valor de 4.000,00€, para levar a cabo "O Mundial de Beach Wrestling - 2019".-

b) A decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em caso, de acordo com o disposto no n.º. 8, do artigo 24º, do referido Regulamento Municipal. -----

c) À Câmara Municipal não são atribuídas outras responsabilidades operacionais para o referido evento, para além dos expressamente identificados nesta proposta. -----

d) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado com a A.P.S. - Associação Portuguesa "O Samurai", conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos. -----

e) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; --

f) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

g) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.02; -----

h) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 13 de fevereiro de 2019 -----

O Vereador da Câmara Municipal, no uso de poderes delegados -----
Francisco Melo -----

MINUTA CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2019; -----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº 9/GAP/2019, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2019;** -----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2019, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo conteúdo se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2019. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira) -----

1. A participação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves concede, ainda,-----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A participação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o-----

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.-

2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da participação financeira. -----

Cláusula 7ª -----

(Gestão do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o Técnico Superior, Maciel Duque, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 9ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----

(Publicação) -----

Nos termos do n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Chaves, ... de de 2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz -----

O Presidente do, -----
 (.....) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NA CIDADE DE CHAVES. PROPOSTA N.º 11/GAP/2019. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - JUSTIFICAÇÃO -----

1.1 - A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE, com o NIPC 510 681 484, com sede no Largo da Estação, apartado 564, 5400-231 Chaves, vem requerer apoio financeiro no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros) para o desenvolvimento do plano de atividades que se anexa, tendo em atenção que muitos dos eventos constantes no plano já tiveram efetivação. ---

1.2 - A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE - O Projeto Enraizarte começou por ser uma experiência musical que rápido se transformou em algo maior, e dignificante para a música tradicional, não só do nosso concelho como de abrangência e importância de reconhecimento nacional. -----

1.3 - O primeiro passo foi a criação de uma estrutura para efetuar o trabalho de campo centrado na recolha e tratamento de temas tradicionais, passando pelos arranjos e composições originais, dignificando assim a nossa história musical e as nossas raízes. Surgiram então 2 grupos com cariz distinto, o formato de animação de rua, formação típica transmontana (gaita; caixa e bombo) e o projeto de palco formado por 11 elementos em que a diversidade de formações musicais dos seus elementos ajudaram a criar um estilo impar e marcante. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE justifica o apoio financeiro com o plano de atividades para 2019; -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE pretende dar continuidade ao esforço que tem vindo a fazer, a fim de proporcionar na cidade de Chaves programas culturais de qualidade, através da programação de espetáculos musicais de índole própria. Prova disso, é a realização de espetáculos de musicais durante o ano, de produção própria, com a inclusão de músicos próprios. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE envolve-se em eventos de participação e animação cívica com as escolas e organismos públicos desenvolvidas pelo Município. -----

- A ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE proporciona transferência de conhecimento e formação em contexto real nos eventos musicais, teatrais, de dança e desportivos. -----

1.4 - Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO: -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com a **ASSOCIAÇÃO ENRAIZARTE**, com o NIPC 510 681 484, com sede no Largo da Estação, em Chaves, titulando a comparticipação financeira do plano de atividades para 2019, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €40.000,00, concretizando os objetivos constantes do contrato de Desenvolvimento Cultural: -----

b) Que o contrato em questão possa vigorar para o ano económico de 2019; -----

c) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

d) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

I. promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

II. dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada; -----

e) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2019 -----

O Vereador da Câmara Municipal, No uso de poderes delegados. -----

(Francisco Melo) -----

Anexos: -----

- Plano de Atividades para 2019; -----

- Minuta do contrato Programa -----

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de 17 de maio de 2018; -----

E -----

Segundo: _____, com

o NIPC _____, com sede _____,

em Chaves, neste ato legalmente representado pelo _____,

titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____.

Considerando que, por deliberação camarária de ____/____/2019, foi aprovada a **Proposta nº 12/GAP/2019, consubstanciada na atribuição de comparticipação financeira, referente ao ano económico de 2019;** ----

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª -----

(Objeto) -----

1. Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que a apresentou e este Município, referente ao ano de 2019, na prática de atividades

culturais, da formação e da divulgação cultural, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa, que contempla, no mínimo, a realização de -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira e demais apoios municipais) -----

A participação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves àé de **40 000,00 €** (quarenta mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

1. A participação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves àé de **40 000,00 €** (quarenta mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

2. A liquidação do subsídio em causa obedecerá ao seguinte plano de pagamentos: -----

a) €10 000,00, na assinatura do Contrato-Programa; -----

b) €10 000,00, durante o mês de abril de 2019; -----

c) €10 000,00, durante o mês de agosto de 2019 -----

d) €10 000,00, durante o mês de dezembro de 2019 -----

Cláusula 5ª -----

(Enquadramento legal) -----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos; -----

2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos; -----

3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato o Técnico Superior, José Ribeiro, por deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização.-----

Cláusula 6ª -----

(Obrigação da transparência) -----

1.O segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais: -----

a) Apresentação trimestral de relatórios sobre a boa execução do programa cultural; -----

b) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia; -----

c) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato. -----

Cláusula 7ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2019. -----

Chaves, de de 2019 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
 (Nuno Vaz Ribeiro) -----
 O Presidente da Direção da Associação _____,
 (_____) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO INDIEROR. PROPOSTA Nº 12/GAP/2019. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - JUSTIFICAÇÃO -----

1. A Associação INDIEROR, sem fins lucrativos, com o NIPC 513 588 019, com sede na Rua da Ponte, n.º 11, em 5400 - 455 Chaves, veio através de requerimento, registado nos serviços municipais com o nº 1444, de 13 fevereiro de 2019, solicitar apoio financeiro para a realização de atividades culturais previstas para o ano de 2019 em Chaves, no montante de 40.000,00 € (quarenta mil euros); -----
2. A Associação tem por objeto estatutário a promoção e preservação da cultura local, tradições e património histórico. Realização de atividades de carácter desportivo, recreativo e de lazer, bem como, de ações de carácter social e formativo; -----
3. A Associação INDIEROR fundamenta o seu pedido de apoio financeiro, com o plano de atividades; -----
4. A Associação INDIEROR pretende dar continuidade ao esforço que têm vindo a fazer, a fim de proporcionar à cidade de Chaves mais Cultura, mais espetáculos de qualidade, através da sua participação na programação cultural do auditório do Centro Cultural de Chaves com a realização de concertos musicais ao longo do ano, espetáculos de teatro de produção própria, que incluem atores e artistas locais, e a realização de Workshops com nomes sonantes do mercado mundial de teatro musical e de artes visuais; -----
5. Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea e), do nº2, do artigo 33º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO: -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

- a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural com a Associação INDIEROR, com o NIPC 513 588 019, com sede na Rua da Ponte, n.º 11, em 5400 - 455 Chaves, titulando a comparticipação financeira da programação musical, programação teatral e workshops a realizar em 2019, bem como apoio mediante a assunção dos encargos associados à utilização do Auditório do Centro Cultural de Chaves mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €43.850,00, concretizando

os objetivos constantes do contrato de Desenvolvimento Cultural, assim discriminado: -----

i) Participação financeira de natureza pecuniária nos termos do Programa de Desenvolvimento de Atividades Culturais - €40 000,00;
ii) Assunção dos encargos da utilização do Auditório do Centro Cultural de Chaves: €3 850,00; -----

b) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

i) Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, 27 de agosto; -----

ii) Dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada;

d) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.01. -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2019 -----

O Vereador da Câmara Municipal, -----

no uso de poderes delegados -----

(Francisco Melo) -----

Anexos: -----

- Plano de Atividades para 2019; -----

- Minuta do contrato Programa. -----

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de 17 de maio de 2018; -----

E -----

Segundo: _____, com

o NIPC _____, com sede _____,

em Chaves, neste ato legalmente representado pelo _____,

, titular do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até _____.

Considerando que, por deliberação camarária de/...../2019, foi aprovada a **Proposta n.º 12/GAP/2019, consubstanciada na atribuição de participação financeira, referente ao ano económico de 2019;** -----

A celebração do presente Contrato Programa de Desenvolvimento Cultural, rege-se de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª -----

(Objeto) -----

1. Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento Cultural, que a apresentou e este Município, referente ao ano de 2019, na prática de atividades culturais, da formação e da divulgação cultural, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa, que contempla, no mínimo, a realização de -----

Cláusula 2.ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades culturais titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 3ª -----
(Comparticipação financeira e demais apoios municipais) -----

1. A participação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves àé de **40 000,00 €** (quarenta mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado. -----

2. A liquidação do subsídio em causa obedecerá ao seguinte plano de pagamentos: -----

a) €10 000,00, na assinatura do Contrato-Programa; -----

b) €10 000,00, durante o mês de abril de 2019; -----

c) €10 000,00, durante o mês de agosto de 2019 -----

d) €10 000,00, durante o mês de dezembro de 2019 -----

Cláusula 5ª -----
(Obrigação de certificação das contas)ⁱⁱ -----

Cláusula 4ª -----
(Disponibilização financeira) -----

A participação financeira a prestar pelo Município à Associação será liquidada através de transferência bancária para o IBAN PT -----

Cláusula 5ª -----
(Enquadramento legal) -----

1. O presente contrato fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos; -----

2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente contrato programa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos; -----

3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato a Técnica Superior, Paula Veloso, por deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização.-----

Cláusula 6ª -----
(Obrigação da transparência) -----

2.0 segundo outorgante deve dar cumprimento às seguintes obrigações essenciais: -----

d) Apresentação trimestral de relatórios sobre a boa execução do programa cultural; -----

e) Apresentação de documentos contabilísticos correlacionados, com as respetivas atividades constante do programa, e que são objeto de financiamento da autarquia; -----

f) Consagração de um dever de informação geral, junto do gestor do contrato, sobre todas as atividades, desenvolvidas e a desenvolver, no âmbito da boa execução do contrato. -----

Cláusula 7ª -----
(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2019. -----

Chaves, de _____ de 2019 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz Ribeiro) -----

O Presidente da Direção da Associação _____,

(_____) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a

proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº 13/GAP/19. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando os pedidos de apoio financeiro, para o ano de 2019, solicitados ao Município, pelas entidades sedeadas no concelho de Chaves, a seguir identificadas: -----

FLAVITUS NATAÇÃO CLUBE, Número de Identificação Pessoa Coletiva 513 237 496, sedeadado em Chaves - Loja Nuno Alvares, Apartado 521, solicitou através do documento com nº de registo 1037, a comparticipação da autarquia, nas atividades que o Clube pretende levar a efeito no ano em curso. -----

NATAÇÃO CLUBE DE CHAVES, Número de Identificação Pessoa Coletiva 502 703 288, com sede em Chaves - Apartado 64, solicitou através do documento registado na secção administrativa do Município com o nº 11052, apoio para as atividades elencadas no Plano de Atividades. ---
Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; -
Considerando a dinâmica que estas associações trazem à cidade, através da organização de campeonatos/torneios nas diversas categorias. ----
Considerando que estes clubes são promotores de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, ao nível da formação de crianças e jovens, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Técnico Superior, Maciel Duque, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. ----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

- a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado; -----
- b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com as entidades, conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos; -----
- c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----
- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n° 64/2013, de 27 de agosto; -----
 - Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27°. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----
 - Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; ---
- d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----
- e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica mencionada no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----
- Chaves, 20 de fevereiro de 2019 -----
- O Presidente da Câmara -----
- (Nuno Vaz)-----

Quadro Sinótico
Anexo à proposta n° 13/GAP/19

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Flavitus Natação Clube	3.000,00 €	04.07.01.02
Natação Clube de Chaves	4.000,00 €	04.07.01.02

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2019;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão n°....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2019, foi aprovada a **Proposta n° .../GAP/2019, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2019; -----**

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2019, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2019. -----

Cláusula 3ª -----

Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱⁱⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira. -----

Cláusula 7ª-----

(Gestão do Contrato)-----

Para efeitos do disposto no nº 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o _____, _____, por

deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 9ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----

(Publicação)-----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de de 2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

Nuno Vaz -----

O Presidente do ,-----

.....)-----

Em Anexo: -----

- Plano Anual de Atividades de 2019; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC;-----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ARRUMOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 931/18 - SILVIA MOURÃO DA SILVA CUNHA - BECO DA CAPELA, PASTORIA, FREGUESIA DE REDONDELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 2410/18 e 2640/18, referente ao processo n.º 931/18, a Sr.ª Sílvia Mourão da Silva Cunha, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção³, de um edifício destinado "arrumos", localizado no Beco da Capela - Pastoria, freguesia de Redondelo no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 56,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 282 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 1890/20181102, da freguesia de Redondelo.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Auto de Embargo, datado de 28 de Agosto de 2018, face às obras levadas a efeito, sem controlo prévio - Processo:105/FIS/2018.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10.000;-----
- Planta de localização à escala 1:5 000;-----
- Levantamento fotográfico;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----

³ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Estimativa Orçamental;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação, desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 100;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenhos de alteração;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água, drenagem de águas residuais;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura da água;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o prédio urbano, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1-O requerente pretende a legalização da construção de uma edificação destinada "arrumos", de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 100,60 m². A edificação foi iniciada, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, propondo-se, com o presente projeto, obras que visam a sua conclusão.-----

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2019-01-17, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"4/2019", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer, no sentido de que as obras de correção e adaptação a levar a efeito no edifício, destinado "arrumos", visam concluir o imóvel, que se encontra, com a estrutura executada, paredes exteriores, vão definidos e laje de cobertura colocada. É apresentada uma calendarização dos trabalhos adequada às obras a levar a efeito.-----

5.4- A edificação situa-se, no núcleo do aglomerado da Pastoria e integra-se, com alguma naturalidade na envolvente, onde a moda da

cércea, na frente urbana, em que o imóvel se insere, é de r/chão e andar. -----

5.5- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.6- A edificação destina-se "arrumos", o que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 119,40 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 324,55 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 443,95 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que as obras propostas visam concluir a edificação, que se encontra, com a estrutura executada, paredes exteriores, vão definidos e laje de cobertura colocada.-----

8.2- A presente operação urbanística, consubstanciada, na construção de um edifício destinado "arrumos", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3- Constatando-se, que há necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de construção, levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e que é apresentada, uma calendarização de trabalhos e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito, as obras, que visam concluir o imóvel e dotá-lo de aptidão para o uso pretendido- "arrumos".-----

8.4- A operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de uma construção recente.-----

8.5- Assim, pelo facto de haver, obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º4, do artigo 73.º-C, do RMUE.---

8.6- Considerando, que se trata de uma legalização das obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir, o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais, que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

9.2- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²)

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0			48,00		48,00
Piso 1			52,60		52,60
TOTAL	0,00	0,00		0,00	100,60

Cércea -7,30 ml-----

Volume - 276,00 m³-----

QUADRO II-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	3		19,33	57,99 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		0	/	34,12		0,00 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						79,60 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						5
N - número de pisos						2
Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais, serviços, armazéns e industriais - alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x [0.25 + 0.05 (N-1)]				T = 119,40 €		

QUADRO II-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença			66,80 €
n.º 5	Edifício destinado a indústria ou armazém, por unidade de ocupação			
a)	Até 500 m2 de área bruta de construção	1	111,35 €	111,35 €
b)	De 501 m2 a 1000 m2 de área bruta de construção	0	166,95 €	0,00 €
c)	Superior a 1000 m2 de área bruta de construção	0	222,60 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	12,20 €	146,40 €
	TOTAL			324,55 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 119,40 € + 324,55 € = 443,95 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio, que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Edificação destinada a arrumos, sita no Beco da Capela, da aldeia da Pastoria), nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 7, 8 e 9 deste documento, o qual deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização, a requerer pela interessada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO. INFORMAÇÃO 55/DSCH/19, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. ANTÓNIO J. P. MALHEIRO RODRIGUES, DE 26/02/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 A requerente, CIMAT, pretende levar a efeito a construção do Posto de Turismo Intermunicipal do Alto Tâmega, na Alameda do Tabolado, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves. Para tal solicita a emissão do parecer prévio previsto no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE.-----

1.2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

1.2.1. O pedido foi instruído, para além do requerimento, com os seguintes elementos: -----

- CD contendo ficheiros em formato “.DWF” e “.PDF” das peças desenhadas e em formato “.PDF” das peças escritas e restante documentação;-----
- Protocolo de cooperação entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e os municípios do Alto Tâmega, mandatando a primeira para a promoção da construção do Posto de Turismo Intermunicipal do Alto Tâmega; -----
- Termo de responsabilidade do coordenador do projeto; -----
- Projeto de arquitetura, incluindo peças escritas (memória descritiva e justificativa, condições técnicas especiais/caderno de encargos) e peças desenhadas (Plantas cortes, alçados e pormenores); -----
- Projeto de arranjos exteriores; -----
- Projeto de acústica; -----
- Projeto de AVAC; -----
- Projeto de instalações elétricas; -----
- Projeto de estruturas e fundações; -----
- Projeto de redes hidráulicas; -----
- Projeto ITED; -----
- Projeto de segurança contra incêndio; -----
- Plano de segurança e saúde; -----

- Medições e orçamento. -----
- 1.2.2. Todos os projetos são compostos por peças escritas e desenhadas, quando aplicável, e estão acompanhados dos termos de responsabilidade dos seus autores e dos respetivos comprovativos da habilitação para os subscrever, e declarações dos seguros de responsabilidade civil. –
- 2 - ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----
- 2.1. NO REGIME JURÍDICO -----
- 2.1.1. Nos termos Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações, o pedido formulado pelo requerimento n.º 2449/18 enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do seu artigo 7.º, estando isenta de controlo prévio, uma vez que o promotor da obra é uma entidade intermunicipal (Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega - CIMAT).-----
- 2.1.2. Nos termos do disposto n.º 2 do referido artigo 7.º do RJUE, a operação urbanística em análise está sujeita ao parecer prévio, não vinculativo, da câmara municipal.-----
- 2.2. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----
- De acordo com extrato da planta n.º 34A do Plano Diretor Municipal, o edifício localiza-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - cidade de Chaves;-----
- Com a publicação do Aviso n.º 5233/2018, publicado a 18 de abril, concluiu-se o processo de alteração ao regulamento do PDM em vigor no concelho de Chaves.-----
- Serão assim aplicáveis as regras de edificabilidade definidas no artigo 19.º do regulamento do PDM, alterado e republicado por intermédio do aviso acima referido, designadamente as constantes das alíneas a), al), d) e e) do seu n.º2.-----
- 2.3. PARECERES EXTERNOS -----
- 2.3.1. Considerada a sua inclusão dentro da área de proteção à concessão hidromineral das Caldas de Chaves e na área de servidão aeronáutica do aeródromo de Chaves, a execução da referida operação urbanística deverá ser objeto de parecer favorável das entidades da tutela das servidões administrativas em questão, a saber, a Direção Geral de Energia e Geologia e a Autoridade Nacional de Aviação Civil; para tal, o respetivo projeto de arquitetura foi submetido às referidas entidades, por intermédio da plataforma SIRJUE, solicitando a emissão dos respetivos pareceres.-----
- 2.3.2. Após a receção dos pareceres da ANAC (informação n.º DINAV/IEA - 2019/0105, emitindo parecer favorável) e DGEG (informação DSRHG HM009, emitindo parecer favorável condicionado), a CCDRN, por intermédio da comunicação OF_DGPU_ROM_1607/2019, proferiu uma decisão global favorável à pretensão, condicionada ao cumprimento das condições expressas no parecer da DGEG.-----
- 2.4. PARECERES INTERNOS -----
- 2.4.1. O setor de arqueologia da DSCH emitiu a informação n.º 413/DSCH/2018, que estabelece as condições para a realização da intervenção arqueológica necessária à salvaguarda do património arqueológico eventualmente presente no local.-----
- 2.4.2. Consultada a Divisão de Projetos e Mobilidade, esta entendeu que nada havia a assinalar quanto às questões de mobilidade automóvel e pedonal que o projeto implica; no entanto, chamam a atenção para a necessidade de uma melhor definição dos trabalhos previstos no projeto de arranjos exteriores, nomeadamente no que se refere aos trabalhos de pavimentação, com vista a garantir a sua execução com os melhores níveis de qualidade. -----
- 2.5. ANÁLISE DO PEDIDO -----

2.5.1. O projeto de execução apresentado teve origem num concurso público de conceção promovido pela CIM do Alto Tâmega. -----

2.5.1.1. Destina-se à construção e instalação de um posto de turismo que irá apresentar e divulgar os recursos turísticos dos seis concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Terá uma área de cerca de 80m², integrado numa construção aproximadamente circular, revestida com lâminas de madeira e cobertura plana em zinco. -----

2.5.1.2. Ficará implantado num espaço antes destinado a estacionamento automóvel, que será desativado; será também eliminado um arruamento periférico a esse estacionamento; essas intervenções, aliadas à remoção dos pavimentos respetivos, irá permitir integrar o posto de turismo na área verde adjacente, do Jardim do Tabolado. -----

2.5.1.3. Conforme já se concluiu no relatório do júri do referido concurso, "a proposta [...] reflete o respeito pela escala urbana, considerando bem estruturada, e com uma notável harmonia de integração, a relação de equilíbrio entre o objeto e o espaço envolvente, existente e proposto, para o que contribui a forma do edifício, as texturas de revestimento e a abordagem ao tratamento dos arranjos exteriores." -----

2.5.1.4. O projeto de execução agora apresentado desenvolve as opções e atributos do projeto base apresentado a concurso, mantendo-se plenamente válidas as apreciações acima mencionadas, relativas à sua integração na envolvente urbana. -----

2.5.2. Do ponto de vista da edificabilidade admitida pelo PDM para o local, e, devido ao facto de a construção ter uma implantação afastada das restantes construções aí existentes, verifica-se que não podem ser aplicadas as disposições da alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º do regulamento do PDM. Serão assim aplicáveis as constantes da subalínea i) da alínea a) do citado n.º 2 do artigo 19.º, que estabelece o índice de construção, cêrcea e n.º de pisos máximos para os espaços de categoria 1.1 - cidade de Chaves.-----

2.5.3. Verificou-se assim que foi dado cumprimento às disposições sobre edificabilidade presentes no regulamento do PDM, designadamente as constantes subalínea i) da alínea a), e das alíneas d) e e) do n.º 2 do seu artigo 19.º-----

2.5.4. A intervenção prevista projeta-se em espaço do domínio público municipal; a verificação da legitimidade do requerente para proceder à intervenção projetada deverá ser garantida à luz dessa circunstância. -----

3 - PARECER -----

3.1. Face à análise acima exposta entende-se que no presente projeto foram cumpridas as normas do PDM aplicáveis a usos, volumetria, cêrceas e edificabilidade. -----

3.2. Considera-se ainda que a solução apresentada está bem enquadrada na envolvente, contribuindo para a melhoria das condições de uso e fruição deste espaço urbano. -----

3.3. Nestas circunstâncias, e considerado os pareceres favorável e favorável condicionado das entidades externas consultadas, emitidos pela ANAC e DGEG, respetivamente, e desde que confirmada a legitimidade da entidade requerente para proceder à operação urbanística comunicada no local pretendido, entende-se que estão reunidas as condições para poder ser emitido um parecer favorável por parte da câmara municipal, condicionado ao cumprimento, no âmbito de diligências posteriores, das questões expressas no parecer emitido pela DGEG.-----

3.4. TAXAS -----

Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 7.º do RJUE, deverão ser pagas as taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de

Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, que importam no montante de 239,20€ (duzentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos), conforme o a seguir discriminado: -----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60€
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m² de área bruta de construção	1	106,00€	106,00€
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	6	11,60 €	69,60 €
TOTAL				239,20€

4 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto propõe-se que este assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à emissão de um parecer favorável ao projeto de execução visando a construção do Posto de Turismo Intermunicipal do Alto Tâmega, na Alameda do Tabolado, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, apresentado por intermédio do requerimento n.º 2449/18, condicionada ao cumprimento das questões expressas no parecer da DGEG e das obrigações constantes dos n.os 6 a 9 do artigo 7.º do RJUE.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 906/18 - MARIA ALICE FERREIRA - TRAVESSA DA PORTELA, N.º 1, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.02.2019. ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 2337/18 e 2433/18, referente ao processo n.º 906/18, o Sr.ª Maria Alice Ferreira, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de alteração⁴ de uma habitação unifamiliar, situada na

⁴ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de

Travessa da Portela, N.º1 - Oura, freguesia de Oura no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 347,50 m², está inscrito na matriz com o n.º 454, freguesia de Oura no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Processo n.º 217/18, relativo a pedido de Certidão de isenção de licenciamento. Este pedido foi objeto de pedido de apresentação de elementos e de esclarecimentos adicionais.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10.000;-----
- Planta de localização à escala 1:2.000;-----
- Ortofotomapa;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declarações de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Quadro de áreas;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades;--
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----
- Fatura de energia elétrica;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo

revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cêrcea;-----

Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 61A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização das obras de alteração, de uma habitação unifamiliar. Estas alterações são ao nível da substituição de materiais, no interior e pelo exterior, implicando modificações físicas no imóvel.-----

5.2- Trata-se de uma habitação unifamiliar, reconstruída nos anos 70, com a área bruta de construção de 301,00 m², 2 pisos e uma cerca de 5,20 metros.-----

5.3-Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2019-01-10, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 1/2019", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de alteração.-----

5.5- O imóvel, que se pretende legalizar as obras de alteração, é uma preexistência, pelo facto de se tratar de um edifício, que á data da construção não carecia de qualquer licença, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 5, do Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

5.6-A habitação unifamiliar, está concluída à mais de 30 anos e foi objeto de obras de alteração, que visaram a melhoria das condições de segurança e salubridade, motivo pelo qual, está dispensado do cumprimento, dos artigos 73.º e 71.º, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas e no que diz respeito abertura de vãos e área de envidraçados de alguns compartimentos, de acordo com o estabelecido sobre a matéria, no artigo 3.º, do Decreto - Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril.-----

5.7- A edificação situa-se, no núcleo do aglomerado de Oura, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a edificação se integra no meio em que se insere, onde a moda da cerca na frente urbana é de r/chão e andar.--

5.8- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.9- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do art.º 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 757,06 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 223,65 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 980,71 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando, que a habitação unifamiliar, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- Trata-se de uma edificação preexistente, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º1, do art.º 5, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que foi reconstruída nos anos 70.-----

8.3 - A edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.---

8.4- Considerando que o imóvel não altera o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- A operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Da vistoria realizada prévia, para efeitos de legalização de construção, resultou parecer, no sentido de não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, pelo que, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7- Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.8- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.8.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.8.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²)

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0	182,80				182,80
Piso 1	118,20				118,20
TOTAL	301,00	0,00	0,00	0,00	301,00

Cércea - 5,20 ml -----

Volume - 812,00 m³-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	5		13,08	65,40 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m

	- Lancel (Granito)	0	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	45,49		0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						
					121,13	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						
					25	
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25				T =	757,06	€

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			66,80 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	77,90 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	89,05 €	89,05 €
c)	Superior a 500 m2	0	100,25 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	12,20 €	12,20 €
Art. 76, N.6	Vistoria		55,60 €	55,60 €
	TOTAL			223,65 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 757,06 € + 223,65 € =980,71 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (alteração de uma habitação unifamiliar, sita na Travessa da Portela, da aldeia de Oura), nos termos preconizados nos itens 7, 8 e 9, deste documento, e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir, deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita, foi objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS E MUROS DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 586/18 - HERMENEGILDO PARANHOS DOS SANTOS - RUA DA PAZ, N.º 80, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 13.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A pessoa denominada cabeça de Casal da herança de Hermegildo Paranhos dos Santos representada pela Dra. Daniela Gonçalves Azevedo, na qualidade de procuradora, requereu, através do requerimento n.º 335/19, datado de 11/02/2019, o averbamento do processo de obras n.º 586/18, que se encontra neste Município em nome de Hermegildo Paranhos dos Santos, a que refere o procedimento de legalização de um conjunto de operações urbanísticas, já concluídas, consubstanciada em obras de ampliação de um edifício, destinado a habitação unifamiliar em desconformidade com o respetivo ato administrativo de controlo prévio, Licença inicial n.º 78, passada em 16/02/1983 e não dotado de autorização de utilização, e cumulativamente, a legalização de obras de construção de anexo, com forno, complementar da edificação principal e subentende-se muros de vedação confinantes com vias públicas, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado, para o nome, subentende-se do cônjuge sobrevivente, e demais herdeiros, em consequência do seu falecimento do Sr. Hermegildo Paranhos dos Santos.-----

1.2. Para efeitos de instrução do presente pedido são apresentadas cópias dos seguintes elementos:-----

- Procuração celebrada em 08/05/2018, entre os Senhores Hermegildo Paranhos dos Santos e esposa Sra. Iria Teixeira dos Santos e a Dra. Daniela Gonçalves Azevedo, tendo em vista a atribuição de poderes necessários e suficientes para, através da representante legal indicada, designadamente em quaisquer camaras municipais;-----
- Modelo 1 do imposto de selo, apresentado no serviço de finanças em 14/12/2018, destinado a participar as transmissões gratuitas de bens, resultante do falecimento do autor da sucessão, Sr. Hermegildo Paranhos dos Santos, (artigo 26.º do Código do Imposto do Selo);-----
- Certidão do assento de óbito emitido pela Conservatória de Registo Civil de Chaves, em 14/12/2018;-----
- Caderneta Predial Urbana emitida pelo Serviço de finanças de Chaves. -----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com o "Modelo 1", comprovativo da Declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz, apresentado em 2018/07/17 no Serviço de finanças de Chaves, o prédio urbano composto de habitação com 2 pisos, situa-se na Rua da Paz, n.º80, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, com uma área total do terreno de 559,00 m², uma área de implantação do prédio de 158,00 m² e uma área bruta de construção de 317,00 m², inscrito na matriz n.º949, da referida freguesia, sendo o declarante Hermenegildo Paranhos dos Santos. -----

2.2 Em face da Caderneta Predial Urbana emitida pelo Serviço de finanças de chaves, o prédio urbano, descrito como casa de habitação de R/C e 1.º andar e logradouro, inscrito na matriz em 1984, situado na rua da Paz, n.º80, Vale do Gato, Santa Cruz/Trindade, com a área total do terreno de 2621,00 m², sendo a área de implantação do edifício de 158,00 m² e a área bruta de construção de 317,00m², inscrito na matriz sob o artigo 949NIP da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, que teve origem no artigos 661, da extinta freguesia de Santa Cruz/Trindade, cujo titular é a pessoa denominada cabeça de Casal da herança Hermegildo Paranhos dos Santos.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1 Como antecedente ao pedido de legalização apresentado, regista-se em Arquivo Municipal, o anterior processo camarário n.º 37, em nome de Hermenegildo Paranhos dos Santos, relativo ao licenciamento para construção de uma moradia de R/C e andar, com a área de 268,55m², levada a efeito sobre o referido prédio, tendo-lhe sido atribuída a Licença de construção n.º 78, passada em 16 de fevereiro de 1983.----

3.2 Em 25/07/2018, o Sr. Hermenegildo Paranhos dos Santos, requereu a legalização de obras de construção de um edifício, destinado a habitação unifamiliar e anexo, com forno, complementar da edificação principal e subentende-se muros de vedação confinantes com vias públicas, nos termos do disposto no artigo no artigo 102-A do RJUE, que levou a efeito no prédio acima identificado, que deu origem ao processo de obras n.º 586/18, em análise;-----

3.3 Através do requerimento n.º 2025/18, em 26/09/2018 o requerente apresentou elementos por forma a dar cumprimento á informação 1175/SCOU/2018, de 31/07/2018. Estes serviços solicitaram informações complementares, tendo lhe sido concedido o prazo de 20 dias, sob pena de indeferimento do pedido. A informação técnica, foi enviada por Ofício n.º5441, com a N/Ref. 448/DGOT/20182016, de 2018/10/16.---

4. ANÁLISE DO PEDIDO-----

4.1 Na presente data, o pedido de legalização, em análise *deverá ser indeferido*, pelo facto de para além ter sido largamente excedido o prazo concedido, da análise dos elementos instrutórios resultar que o pedido é manifestamente contrário às normas legais ou regulamentares aplicáveis (por falta de documento instrutório indispensável ao conhecimento da pretensão) conforme determina a alínea b), do n.º2, do artigo 11.º do RJUE, assim como, com os elementos aduzidos ao processo os interessados não deram cabal cumprimento à informação n.º 1564/SCOU/2018, datada de 12/10/2018, designadamente ainda não foi esclarecida a discrepância quer na forma do polígono do terreno quer na sua área, tendo por base o processo antecedente n.º37/83 e o levantamento topográfico apresentado, folha n.º 60 do processo. Mais se refere face à caderneta predial agora apresentada, onde indica que a área total do terreno (2621,00m²), não se coaduna com a área indicada no levantamento topográfico, á escala 1:500, ((559,00m²), constante do processo, folhas n.º75, bem como com outros elementos gráficos instrutórios folhas n.º45, 54, 58, 59 e 60.

Por observação da imagem de satélite, disponibilizada pela aplicação do Google maps, verifica-se a existência de pequenas construções, que salvo melhor opinião foram levadas a efeito no prédio do requerente, bem como nada é referido sobre as licenças ao abrigo das quais as mesmas foram erigidas ou se eventualmente as mesmas estariam isentas de controlo prévio.-----

4.2 Neste contexto também não pode ser efetuado o averbamento, uma vez que não há parecer favorável ao pedido de legalização subjacente, e cumulativamente não ter sido apresentado consentimento expresso dos restantes herdeiros.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o projeto de indeferimento do pedido de legalização, das obras de ampliação do prédio de habitação e das obras de construção do anexo e muros de vedação, confinantes com vias públicas, assim como no que concerne ao pedido de averbamento, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24º⁽⁵⁾ do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão, devendo promover-se audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 122º⁽⁶⁾ do Decreto Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo.-----

5.2 Mais se informa, o conjunto de operações urbanísticas, realizadas em desconformidade com os respetivos atos administrativos, ou eventualmente sem os necessários atos administrativos de controlo levadas a efeito no prédio propriedade dos interessados, serão passíveis de serem legalizadas, devendo para o efeito os interessados apresentar novo pedido para o mesmo fim, isto é, subscrito pelos atuais proprietários ou por alguém que legalmente os represente, podendo se assim o entender, solicitar por uma questão de economia processual ao abrigo do disposto no artigo 60º do Decreto Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo, ficando assim dispensados de juntar os elementos utilizados constantes no pedido anterior, se ainda válidos e adequados do processo administrativo apenso .-----

⁵ Artigo 24.º - **Indeferimento do pedido de licenciamento-----**

1 – O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

⁶ Artigo 122.º - **Notificação para a audiência-----**

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2 – A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3 – No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.--

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, de onde relevam os prescritos no item "4 - Análise do Pedido" da mesa, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (Atinente à ampliação de uma habitação unifamiliar e edificação de um anexo e dos muros de vedação do prédio onde se insere, sitos no Lugar da Paz, da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge) e do pedido de averbamento do respectivo processo administrativo, nos termos e para os efeitos preconizados no item "5 - Proposta de Decisão", deste documento.-----

Neste contexto, e caso superiormente seja proferida decisão administrativa consonante com o recomendado no anterior parágrafo, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ALTERAÇÃO A EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES - PROCESSO N.º 783/18 - REQUINTAUDAZ, LDA. - LUGAR DE RIBALTA, URB. S. BERNARDINO II, LOTE 4, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 12.02.2019.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 288/19, referente ao processo n.º 783/18, a firma REQUINTAUDAZ, LDA, apresenta, projetos de especialidades, relativos, a obras de alteração de um edifício de habitação coletiva, localizado, no lugar da Ribalta, lote 4, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 14/1988, São Bernardino II, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

1.2- LOCALIZAÇÃO-----

1.2.1- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1.290,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1358 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 796/19881114, da freguesia de Outeiro Seco.

1.3- ANTECEDENTES-----

1.3.1-Licença de obras n.º 386/91, para construção de "um edifício, de cave, r/chão e 3 andares, com a área de 2.415,00 m²", emitida em nome de E. Reis Imobiliária.-----

1.3.2- O requerente apresentou sob requerimento n.º 2061/18, pedido com vista à aprovação do projeto de arquitetura, referente a obras de alteração de um edifício de habitação coletiva, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, tendo sido aprovado por deliberação de câmara datada de 13 de Dezembro de 2018.-----

2- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1- NO REGIME JURÍDICO-----

2.1.1- O pedido apresentado sob requerimento n.º 288/19, tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 artigo 20.º do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014 de 9 de Setembro, por se tratar do pedido de aprovação dos projetos de especialidades.-----

3- ANÁLISE DO PEDIDO/PARECER-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o n.º 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----

- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Projeto acústico;-----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- ITED;-----
- Projeto elétrico;-----
- Projeto de instalações eletromecânicas incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Pedido de dispensa de projeto de gás;-----

3.2- Os projetos de especialidades apresentados estão instruídos com termos de responsabilidade, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, o que exclui a sua apreciação prévia.-----

3.3- Considerando, que são apresentados os projetos de especialidades, caso a câmara municipal, delibere deferir o pedido de licenciamento das alterações ao edifício de habitação coletiva, dispõe do prazo de 1 ano, a contar da data da notificação do ato de licenciamento, para requerer a emissão do respetivo alvará, de acordo com o n.º 1, do artigo 76.º, do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações.-----

3.4- Findo o prazo referido no parágrafo anterior, pode o presidente da câmara municipal conceder prorrogação, por mais um ano, de acordo com o n.º 1, do artigo 76.º do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, findo o qual, é declarada a caducidade após audiência previa do interessado;-----

4 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

4.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

4.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 1.467,85 euros.-----

4.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.467,85 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I. -----

5- PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

5.1.1- Considerando, que são apresentados sob requerimento n.º 288/19, datado de 4 de Fevereiro de 2019, os projetos de especialidades exigíveis, nos termos da lei, propõe-se, o licenciamento das alterações ao imóvel, destinado a "habitação coletiva".-----

5.2- Propõe-se ainda, que o processo seja presente na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.-----

5.3-Caso a Câmara delibere favoravelmente, o pedido de licenciamento das alterações ao imóvel:-----

5.3.1- Deverá o requerente, proceder á liquidação das taxas urbanísticas, previstas no art.º 117 do RJUE;-----

5.4- De acordo com o n.º1, do artigo 76.º, do Dec.-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo aditamento ao alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²)

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso -1			690,00		690,00
Piso 0	604,80				604,80
Piso 1	327,50				372,50
Piso 2	327,50				372,50
Piso 3	327,50				372,50
TOTAL	1587,30	0,00	690,00	0,00	2412,30

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará			39,85 €
n.º 3	Para habitação multifamiliar, por fogo			
a)	Até 100 m2	4	72,35 €	289,40 €
b)	De 101 m2 a 150 m2	10	77,90 €	779,00 €

c)	Superior a 150 m2	0	83,50 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	24	12,20 €	292,80 €
	TOTAL			1.467,85 €

TOTAL A PAGAR.....Σ= **1.467,85 €**-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística em presença (Obras de alteração de um edifício de habitação colectiva, sito no Lugar de Ribalta, da freguesia de Outeiro Seco), nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 4 e 5, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. EDIFICAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 901/18 - LUÍS MANUEL FREITAS JORGE - LUGAR DE CAMPOS, PARADELA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 21.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão do requerente -----

1.1. Introdução-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 2330/18, referente ao processo n.º 901/18 o Sr. Luís Manuel Freitas Jorge solicita nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a licença especial de legalização (legalização da obra de edificação de uma habitação unifamiliar que carece ainda de obras para a sua conclusão) no lugar de Paradela de Veiga, apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----

Por requerimento nº394/19 apresenta os projetos de especialidades inerentes à operação urbanística.-----

1.2. Antecedentes-----

Não se vislumbram antecedentes ao processo.-----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

2.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE). Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu n.º13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados. -----

3. ANÁLISE -----

3.1. Instrução do pedido-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização.-

3.2. Características gerais da pretensão-----

O projeto de arquitetura apresentado refere-se a uma construção a legalizar composta de dois pisos sendo 1 abaixo da cota de soleira a destinada a habitação unifamiliar enquadrando-se com a envolvente.--- A proposta apresenta as seguintes áreas os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

Área do terreno (toda integrada em U3) -1100m2 -----

Área bruta de construção -431m2-----

$Ic=431m^2/1100m^2 =0.391m^2/m^2$ -----

Cércea-5.80m-----

Área de implantação- 250.00m2-----

Nº de pisos-2 sendo um abaixo da cota de soleira-----

Volume da construção -1122m3-----

Toda a construção se encontra na faixa de 30m do caminho público.----

3.3. Analise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

√ É pretensão do requerente obter licença especial de legalização pelo prazo de um ano de forma a concluir as obras de acordo com o projeto apresentado.-----

√ A edificabilidade, inserida em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos (projetos de loteamentos ou planos de urbanização) cumpre o n.º2 do artigo 19 do regulamento do PDM a saber: -----

✓ Face à localização no lugar de Campos, Paradela de Veiga, onde a edificação é dispersa considero que não se deverá aplicar a moda da cércea como parâmetro urbanístico essencial mas sim e ainda nos termos da alínea a) os seguintes parâmetros correspondente à classe U3.-----

✓ Verifica-se cumprimento do ai estabelecido dado que o índice $Ic<0,8$, a construção é de dois pisos com uma cércea inferior a 7.5m.-----

✓ Verifica-se ainda que a área total de implantação é inferior a 65% da área do terreno cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----

√ A garagem permite garantir 1 lugar de estacionamento previstos nas alíneas a) e b) do n.º3 do Artigo 12º do Regulamento do PDM.-----

√ O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art. 20º do RJUE.-----

✓ O plano de acessibilidades, subscrito pelo técnico autor do mesmo, cumpre as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, pelo que se encontra em conformidade com o disposto no capítulo 2 do DL n.º163/2006, de 8 de Agosto. -----

3.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 6 de dezembro último foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido verificado necessidade de realização de trabalhos para a conclusão da obra conforme o plasmado no auto de vistoria n.º92/2018.-----

4. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída-----

- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

- O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art. 20º do RJUE.-----

- A instrução do processo segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de engenharia de especialidades inerentes à obra.-----
Dado se tratar de uma **licença especial de legalização** o requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4da presente informação propõe-se o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação de um imóvel destinado a habitação.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do n.º14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março.-----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo n.º117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas-TA-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO			

Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		66,80 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	89,05 €	89,05 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	12,20 €	146,40 €
	TOTAL			302,25 €

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)					
QUADRO I				<i>custos (C)</i>		Ci/m
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Ci/m-€ /m
	Faixa de rodagem					
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa		4.5		14.21	63.95
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61
REDE DE ESGOTOS		1		34.12		34.12
C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m						119.68€
m - frente do terreno que confronta com a via pública						34.8
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	1,041.17€

Cálculo das taxas de Vistorias TV

	Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	55.60 €	55.60€
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			
2aº)	habitação unifamiliar	1	12.20 €	12.20 €
TOTAL				67.80 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)-

Taxas administrativas	TA	302,25 €
Taxa de infraestruturas urbanísticas	TI	1,041.17€
taxas de Vistorias TV		67.80€
Valor global da liquidação de taxas	TI+TA	1411.22

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.02.2019:-----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio, que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (edificação de uma habitação unifamiliar, sita na aldeia de Paradela de Veiga), nos termos preconizados no item "5. Proposta de Decisão", deste documento, o qual

deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização, a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 870/18 - FERNANDO SILVA GONÇALVES MOREIRA - LUGAR DE MONTE MEÃO, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 18.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 2270/18, referente ao processo n.º 870/18, o Sr.º Fernando Silva Gonçalves, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁷ de uma habitação unifamiliar com licença n.º 21/73 e da construção⁸ de anexo, localizados no lugar de Monte Meão - Oura, freguesia de Oura no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total de 520,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 513, da freguesia de Oura, no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença de obras n.º 21/73, para construção de uma casa de *r/chão e andar*, com a área de 12,80 x 9,50 m.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Caderneta Predial Urbana;-----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal;-----

- Planta de localização à escala 1:25. 000;-----

- Planta de localização à escala 1:5. 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

- Declarações dos técnicos, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----

⁷ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

⁸ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 200;-----
- Planta de arranjos exteriores à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de acondicionamento acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Projeto acústico;-----
- Estudo de comportamento térmico;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de ampliação de habitação unifamiliar e da construção de anexos.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 60 B, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 258,45 m² (121,60 m² (área licenciada) + 136,85 m² (área a legalizar)) e de um anexo com a área de 18,66 m². -----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, designadamente, com os projetos de estabilidade, águas pluviais, acústico, águas e esgotos, segurança contra incêndio e estudo de comportamento térmico. -----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2019-01-17, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 7/2019", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício principal e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação.-----

5.6- A edificação situa-se, no núcleo do aglomerado de Oura, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a edificação se integra no meio em que se insere, onde a moda da cércea na frente urbana é de r/chão e andar.

5.7- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.8- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 132,18 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 578,50 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 710,68 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando, que a habitação unifamiliar, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- A presente operação urbanística, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar e a construção de anexo, compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.3 - A edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.---

8.4- Considerando que o imóvel não altera o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços

de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- A operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7 - Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.8- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.8.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.8.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A, do RJUE e artigo 73.º- C, do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º, do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere deferir, o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais, que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e da construção de anexo, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização

e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²):-----

- habitação com aumento de área de 136,85 m²;-----

- anexo com a área de 18,66 m²;-----

QUADRO I-----

- **Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,22	0,22
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00
		C - custo das obras existentes na via pública		
		0,85		
		A - área bruta da obra a realizar (ampliação)		
		155,51 m²		
		Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m²		
		- n.º 3 do artigo 25.º		
		T = C x A		
		T = 132,18 €		

QUADRO II-----

- **Cálculo das taxas administrativas**-----

(art.º 66 da subsecção IV)

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		39,85 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	136,85m²	3,30 € 451,61 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
n.º 11	Anexo de apoio	18,66 m²	1,05€ 19,59 €
Art.76,n.º 6	Vistoria		55,60€ 55,60 €
TOTAL			578,50 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 132,18 € + 578,50 € = 710,68 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação, englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de uma habitação unifamiliar, sita no Lugar do Monte Meão, da aldeia de Oura) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 7, 8 e 9, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 725/18 – VALDEMAR DE MELO ALVES – LARGO DE S. ROQUE, N.º 15, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 18.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1908/18 e 2574/18, referente ao processo n.º 725/18, o Sr.º Valdemar de Melo Aires, na qualidade de cabeça de casal da herança de, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁹ de um edifício destinado a habitação (2 fogos), comércio e serviços, com licença n.º 650/87 e 510/89, localizado no largo de S. Roque, n.º15 - Madalena, União das freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total 1.046,00 m², está inscrito na matriz urbana com o n.º 847, da União das freguesias da Madalena e Samaiões. -----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença para obras n.º 650/87, para "remodelação do lagar de azeite, de r/chão e andar com a área de 809,00 m²".-----

2.2 - Licença para obras n.º 510/89, com aumento de área de 474,00 m².-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

⁹ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10. 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declarações de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----
- Fotografias;-----
- Quadro de áreas;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 500;-----
- Plantas à escala de 1:50; -----
- Alçados à escala de 1:50;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Pedido de isenção do plano de acessibilidade, subscrito por técnico habilitado a ser autor do plano, relativo à área habitacional;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade acompanhado de relatório técnico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais acompanhado de relatório técnico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de redes prediais de água e esgotos acompanhado de relatório técnico;-----
- Termo de responsabilidade do estudo térmico;-----
- Termo de responsabilidade do autor de acondicionamento acústico;---
- Fatura do telefone;-----
- Fatura da luz;-----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano, para a área de comércio e serviços;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A, do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de edifício de habitação (2 fogos), comércio e serviços.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (doravante designado RMUE).-

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de um edifício de habitação (2 fogos), comércio e serviços, de r/chão e andar e aproveitamento do vão de telhado/criação de mansarda, com a área bruta de construção de 1.311,15 m², da funcionalidade do espaço interior e vãos. -----

5.2- Existe um aumento de área de 28,15 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo das licenças de construção n.º 650/87 e 510/89. Na realidade, o edifício foi construído, ao abrigo das referidas licenças, com a área bruta de construção de 1.185,10 m², existindo assim um aumento da área bruta de construção de 126,05 m², desta área contabiliza-se apenas a área de 60,50 m², para efeitos de cálculo do índice de construção, pelo facto de, algumas zonas do vão do telhado, terem acesso limitado, devido à falta de pé direito regulamentar, que permita o acesso a este espaço das habitações.-----

5.3 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-03-08, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 03/2019", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.4 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício de habitação, comércio e serviços, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação, pese embora, fosse comunicado ao requerente, a necessidade, de ser criada ventilação nas instalações sanitárias existentes, ao nível do r/chão, no espaço destinado a comércio e/ou serviços. Esta desconformidade, foi comunicada ao requerente, que referiu que irá proceder, à criação da ventilação nas instalações sanitárias e apresentar fotografias comprovativas de tal facto, aquando do pedido, de emissão da autorização de utilização e caso a Câmara Municipal delibere favoravelmente o pedido de legalização da construção.-----

5.5- As obras de ampliação, levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, respeitam o índice de construção estabelecido para o local, que é nestes casos de 1,20 m²/m² aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 1.046,00 m² x 1,20 m²/m² = 1.255,20 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 1.245,60 m², o que implica um índice de utilização de 1,19 m²/m² < 1,20 m²/m² (índice de utilização do local).-----

5.6- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação, comércio e/ou serviços, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º, do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 99,58 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 523,27 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 622,85 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente, integrando-se desta forma com alguma naturalidade no meio em que se insere.-----

8.2- As obras levadas a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e que pretende legalizar, cumprem as disposições previstas no artigo 18.º e na subalínea i), da alínea a1), do n.º 2, do artigo 19.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.

8.3 - A edificação é servida por arruamentos públicos, pavimentados a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando, que o uso pretendido, para habitação, comércio e serviços, respeita o disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.---

8.5- A operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades (apenas para a área habitacional), aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido ampliado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.---

8.7 - Considerando, que é apresentada Certidão das Finanças, relativa ao prédio urbano, mas que estamos em presença de uma situação excecional, visto tratar-se de um processo de regularização de uma operação urbanística de edificação já consolidada, e nessa medida, não é possível à requerente ultrapassar os constrangimentos inerentes à apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial relativa ao prédio em questão, nem tão pouco a mesma consegue promover a celebração da escritura de justificação notarial, pois é-lhe exigida a autorização de utilização do prédio em causa, julgamos, salvo melhor opinião, que os documentos a apresentar para prova de legitimidade, embora não bastantes, deverão permitir a normal tramitação do processo urbanístico em causa, tendente a legalização da construção.-----

8.8- No entanto, no título - Alvará de autorização de Utilização que vier a ser emitido, dever-se á fazer constar, à cautela, e considerando a situação excecional reconhecida no caso individual e concreto as seguintes prescrições:-----

8.8.1- A Autorização de Utilização é emitida sob reserva de direito de terceiros;-----

8.8.2 - Os efeitos do Alvará de Autorização de Utilização, ficarão imediatamente suspensos caso o requerente não apresente, no prazo de 90 dias seguidos, contados desde a data da sua emissão, a respetiva Certidão da Conservatória do Registo Predial com a inscrição em causa a seu favor, na sequência da aquisição originária invocada;-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A, do RJUE e artigo 73.º- C, do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração do edifício de habitação (2 fogos), comércio e /ou serviços, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²):-----

- Edifício com aumento de área de 126,05 m²;-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,00
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	0,79	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)	126,05	m ²
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²		
- n.º 3 do artigo 25.º		
T = C x A	T =	99,58 €

QUADRO II-----
- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		39,85 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por 126,05m ² m ² adicional	3,30 €	415,97 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1 11,85€	11,85 €
Art.76,n.º 6	Vistoria	55,60€	55,60 €
	TOTAL		523,27 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 99,58 € + 523,27 € = 622,85 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação, englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de um edifício destinado a habitação, comércio e serviços, sito no Largo de S. Roque, em Chaves) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 7, 8 e 9, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 941/18 - ANA RODRIGUES PEREIRA NATIVIDADE - LUGAR DE PEREIRAS, FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE - INFORMAÇÃO DA

DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a BRANCA FERREIRA DATADA DE 18.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 2428/18 e 2585, referente ao processo n.º 941/18, a Sr.^a Ana Rodrigues Pereira Natividade, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação¹⁰ de uma habitação unifamiliar, com licença n.º 624/93, localizada no lugar de Pereiras - Santo António de Monforte, freguesia de Águas Frias no concelho de Chaves.-----

1.2-De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 2.000,00 m², está inscrito na matriz urbana com o n.º 98 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 708/19921106, da freguesia de Águas Frias.-

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença para obras n.º 624/93, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 268,77 m²".-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declaração do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Estimativa orçamental;-----
- Calendarização da obra;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 500;-----
- Plantas à escala de 1:100; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Plano de acessibilidade, subscrito por técnico habilitado a ser autor do plano;-----

¹⁰ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A, do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de habitação uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 B, o prédio urbano, está inserido em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaços agroflorestais e na subcategoria 4.3. A - espaços agroflorestais comuns.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas), do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (doravante designado RMUE).-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 273,60 m², da funcionalidade do espaço interior e vãos. Existe um aumento de área de 4,83 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo da lic.ª de construção n.º 624/93.-----

5.2-Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2019-01-17, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 6/2019", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação.-----

5.4- O imóvel, que se pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1, do art.º 5¹¹ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.5- A habitação unifamiliar, está inserida, em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaços agroflorestais e na subcategoria 4.3. A - espaços agroflorestais comuns. Em espaços agroflorestais comuns, na recuperação ou reconversão de usos de edifícios preexistentes, não se exige o disposto no n.º 1, do art.37¹²,

¹¹ Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

¹² Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação-----

ou seja uma área mínima de 20 000m² (fora da área de proteção à zona urbana de Chaves), mas terão de ser cumpridas as disposições constantes no n.º 2, alíneas a) e c,) do mesmo artigo, sendo admissível em tais casos, uma ampliação da área edificada, até ao máximo de 20%, da área da edificação preexistente.-----

5.6- Deste modo, dispõe de uma área de ampliação, não superior a 20%, o que implica que, dispõe da área de 20% X 268,77 m² = 53,75 m², constatando-se pelas plantas apresentadas e por vistoria realizada ao imóvel, em 17 de Janeiro de 2019, que pretende legalizar uma ampliação de área de 4,83 m², constata-se que verifica a condição, estabelecida no Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- Não há alteração ao valor das taxas de infraestruturas urbanísticas, pagas com a emissão do alvará de licença inicial.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização, desta operação urbanística correspondem ao valor de 123,24 euros.-----

1 - Só poderão ser autorizadas novas edificações destinadas a habitação que se localizem em parcelas para as quais seja apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos 40 000 m² ou 20 000 m², conforme se localize, respectivamente, dentro da área de protecção à zona urbana de Chaves delimitada na planta de ordenamento ou fora daquele área.-----

2 - Verificada a condição expressa no número anterior e ainda os requisitos gerais estipulados no N.º 2 do artigo 35º, as edificações a autorizar deverão obedecer às seguintes regras:-----

a) O conjunto edificado poderá albergar uma só habitação unifamiliar;
b) A área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponde à aplicação do $I_c = 0,05 \text{ m}^2/\text{m}^2$ à área da parcela;-----

c) O conjunto edificado tem de garantir um afastamento mínimo de 200 m a qualquer instalação agro-pecuária já existente, salvo se esta se situar dentro da própria parcela e estiver devidamente licenciada;---

d) As edificações novas implantar-se-ão a uma distância mínima de 10 m de qualquer estrema de parcela;-----

e) As edificações novas não poderão ultrapassar a altura de 7,5 m;---

f) A área total do solo impermeabilizado pelas edificações, anexos, pátios e outros recintos exteriores pavimentados não poderá exceder 8% da área da parcela integrada nesta classe.-----

3 - As condições estipuladas no N.º 1 não são exigíveis quando se trate de edificações para habitação promovidas por entidades públicas e que se destinem a responder às próprias necessidades de exploração ou salvaguarda dos recursos agro-florestais.-----

4 - Na recuperação ou reconversão de usos de edifícios preexistentes não se exige a verificação do disposto no N.º 1, mas terão de ser cumpridas as disposições constantes das alíneas a) e c) do N.º 2, sendo admissível em tais casos uma ampliação da área edificada até ao máximo de 20% da área de edificação preexistente.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 123,24 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.2- A edificação é servida por arruamento público, em terra batida, possui ligação á rede pública de água e as águas residuais são conduzidas a uma fossa séptica.-----

8.3- Trata-se de uma edificação preexistente, licenciada em 1993, com obras de ampliação inferior a 20% da área preexistente, pelo que respeita, o disposto no n.º4, do artigo 37.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

8.4- Considerando, que as obras de ampliação a legalizar, na habitação unifamiliar, cumprem o especificado nas alíneas a) e c), do n.º 2, do artigo 37.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.5 - A operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido ampliado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando, que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A, do RJUE e artigo 73.º- C, do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

- Não há alteração nas taxas de infraestruturas.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subseção IV)

Descrição	Taxa	Valor
-----------	------	-------

Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		39,85 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção por m ² adicional	4,83m ²	3,30 € 15,94€
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		55,60€ 55,60€
TOTAL			123,24 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 123,24 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de uma habitação unifamiliar, sita no Lugar de Pereiras, na aldeia de Santo António de Monforte) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos e para os efeitos expressos nos itens 7, 8 e 9, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 812/17 - CUSTÓDIO SOARES DA SILVA - LUGAR DE LOMBO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 20.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Na sequência do deferimento do pedido, da **legalização das obras de construção**, de um armazém agrícola, realizadas sem procedimento de controlo prévio¹³, sito no lugar de Lombo, no prédio abaixo identificado e localizado fora do perímetro urbano, em espaços agrícolas e florestais, em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, face ao PDM, deliberado em reunião de Câmara realizada em 14 de junho do corrente ano, levadas a efeito no prédio abaixo identificado, vem o Sr. Custódio Soares da Silva,

¹³ com vista à reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística sujeita a licença-----

na qualidade de proprietário, ao abrigo do artigo n.º 62 do DL 555/99, de 16 de dezembro, na redação e alterações ulteriores, RJUE, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação¹⁴), sob requerimento n.º2470/18, datado de 27/11/2018, apresentar dois pedidos distintos mas relacionados;-----

- Emissão de Alvará de Autorização para Utilização do referido imóvel para armazém agrícola;-----
- Cumulativamente solicita vistoria para legalização das obras de correção que realizou sem controlo prévio.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio rústico composto de terreno de cultivo, situa-se em Lombo, com uma área total de 3786m², da Freguesia de Madalena e descrito sob o n.º286/20090415, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º73 natureza rústica, confronta de poente com rio Tâmega, e nas restantes confrontações com particulares.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1. No local existe uma edificação.-----

De acordo com a carta topográfica, à escala 1:2.000 de 1985, disponível nos serviços da camara Municipal de Chaves, verifica-se que nessa data a construção já existia no seu todo.-----

Face às plantas, à escala 1:1000, de 1975, também se constata que nessa data a construção já existia. -----

3.2 Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas n.º4/2017 - zona Sul, datada de 31/01/2017, comunicando que após deslocação ao local foi verificado "que o Sr. Custódio Soares da Silva, (...)levou a efeito a reconstrução de um armazém de recolha de produtos e alfaías agrícolas (...) sem a necessária licença de construção ou admissão de comunicação prévia". mais informaram que "o armazém, reconstruído é composto de R/C, possui uma superfície de cerca de 7,00x7,00 (...), de acordo com o relatório sobre a situação da obra,-----

3.3 Informação n.º20/DAF/FISC/2017, emitida em 02/02/2017;-----

3.4 Participação n.º16/2017, no âmbito do processo n.º15/FIS/2017;---

3.5 Na sequência da informação n.º 20/DAF/FISC/2017, de 02/02/2017, foi notificado o infrator para num prazo não superior a 15 dias adotar as diligências necessárias tendentes á regularização da situação, apresentando para o efeito, o respetivo projeto de aprovação para a operação urbanística que levou a efeito - reconstrução de armazém;---

3.6. Decorrido o referido prazo, o infrator veio, em 14/02/2017 e 26/02/2017, solicitar prorrogação do prazo, em vista à regularização da operação urbanística em causa, bem como, a suspensão da ordem de demolição,-----

3.7 Em reunião de câmara realizada em 14 de junho de 2018, sob proposta da Informação n.º0816/SCOU/2018, o Executivo deliberou deferir o pedido de legalização das obras de construção, de um armazém agrícola, sem procedimento de controlo prévio, ", que levou a efeito no prédio acima identificado, e localizado fora do perímetro urbano, em espaços agrícolas e florestais, em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, face ao PDM, nos termos do disposto no artigo 102.º-A do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações RJUE e no artigo 73º-C do RMUE.-----

¹⁴ publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º732/2015, RMUE. -----

4. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO -----

O presente pedido de emissão do alvará de autorização de utilização tem enquadramento no nº 5, do artigo 73º-C⁽¹⁵⁾ do RMUE.-----

5. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

5.1 O solicitado esta instruído de acordo com o estipulado no artigo 63⁽²⁾ do RJUE e de acordo com o previsto na Portaria nº 113/15 de 22

¹⁵ Artigo 73.º -C **Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a). Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----

i) Certificados emitidos por entidades credenciadas;-----

ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

iii) Sempre que não seja objetivamente possível dar cumprimento às normas legais em vigor, designadamente normas relacionadas com técnicas de construção, deverá o requerente demonstrar e fazer prova que foram cumpridas as normas vigentes à data da construção;-----

iv) A prova dos factos previstos na alínea anterior poderá ser feita mediante registos fotográficos, cartográficos ou outros caracterizadores da edificação objeto de legalização;-----

v) Comprovativo da ligação à rede pública existente, no caso dos projetos de alimentação e distribuição de energia elétrica, projeto de instalação de gás, projeto de redes prediais de água, esgotos e águas pluviais, e projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.-----

b) Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

ii) Estimativa do custo total da obra;-----

iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----

iv) Apólice de seguro de construção;-----

v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----

vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----

vii) Livro de obra;-----

viii) Plano de segurança e saúde.-----

⁽²⁾ Artigo 63.º - Instrução do pedido-----

1 – O pedido de autorização de utilização deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito pelos autores de projeto de obra e do diretor de fiscalização de obra, na qual aqueles devem declarar que a obra foi executada de acordo com o projeto aprovado e com as condições da licença ou da comunicação prévia e, se for caso disso, que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.-----

de abril (parte I e no n.º 25 da parte V, do anexo I da referida portaria), designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/13, de 24/07 (Q4 para obra concluída);-----

5.2. Já constam do processo os seguintes documentos:-----

- Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, Arquiteto Henrique Paulo Bento Alves (página 51, do processo);-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (página 57, do processo);-----
- Documento de identificação do técnico (cartão de cidadão do arquiteto), (página 58, do processo);-----
- Prova da validade da inscrição do arquiteto em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artigo 10º do RJUE (página 59, do processo).-----

6. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1 De acordo com item 6.4 da Informação n.º 0816/SCOU/2018, datada de 06/06/2018, para a conclusão do imóvel, eram necessárias obras de correção, com enquadramento no contexto patenteado no n.º 18, do artigo 73.º do RMUE, com procedimento de emissão da licença especial de legalização a que se refere o n.º 4, do mesmo artigo, contudo o requerente realizou as referidas obras, que considerou pequenas obras de escassa relevância urbanística. -----

6.2. Mais se refere as obras realizadas pelo interessado no imóvel, desdobraram-se em duas vertentes essenciais, conclusão do revestimento da fachada em alvenaria de pedra previsto em projeto e cumulativamente alterar o revestimento da cobertura, em chapa de painel sandwich por telha cerâmica, para enquadramento na envolvente. Neste contexto as obras não eram cabíveis no conceito de obra de escassa relevância urbanística. -----

6.3. Na sequência daquelas obras de alteração das matérias de revestimento da cobertura, através do presente requerimento o interessado solicita nova vistoria, para legalizar as obras de correção e cumulativamente foi requerida a autorização de utilização, para armazém agrícola.-----

7. ESTRATÉGIA PROCEDIMENTAL-----

Atento ao exposto, sou a sugerir a seguinte estratégia procedimental:-

7.1 Que o requerente seja informado a possibilidade de as obras de alteração, consubstanciadas na alteração do revestimento da cobertura, em chapa de painel sandwich por telha cerâmica, que levou a efeito sem a necessária licença, para melhor enquadramento na envolvente, poderem vir a ser regularizadas, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

7.2 Através do requerimento 2470/18, de 27/11/2018, o requerente, solicitou nova vistoria, para emissão do respetivo alvará de utilização.-----

2 – O pedido de autorização nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior deve ser instruído com termo de responsabilidade subscrito por pessoa habilitada a ser autor de projeto segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.-----

De acordo com vistoria realizada em 10 de janeiro de 2019, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que refere "que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação no armazém agrícola, objeto de vistoria", o pedido dá origem a uma autorização de utilização - legalização.-----

O referido Auto de Vistoria deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação.-----

8. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

8.2. Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras de alteração dos materiais de revestimento do telhado, para melhor enquadramento na envolvente.-----

8.3. Subsequentemente, atendendo que o pedido se encontra instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do RMUE, que o município considere que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, para armazém agrícola.-----

TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação				
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	66,80 €	0,00 €
n.º 15	Reconstrução ou alteração, acresce ao valor referido em 1., por m2			
a)	Por metro quadrado da área de intervenção	36	2,20 €	79,20 €
Secção V VISTORIAS				
Artigo 76.º Outras vistorias				
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	55,60 €	55,60 €
TOTAL				134,80 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 21.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação, englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Armazém de apoio à actividade agrícola, sito no Lugar do Lombo, da União de Freguesias da Madalena e Samaiões), e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM INDUSTRIAL, ADENDA À INFORMAÇÃO N.º 139/SCOU/2019 - PROCESSO N.º 944/18 - SISTEMAS DELFIN, UNIPESSOAL, LDA. - PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES, LOTE N.º 3, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 06.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Através da informação/proposta n.º 139/SCOU/2019, presente em reunião de Câmara datada de 04 de Fevereiro de 2019, foi proposto, entre outras condições que o requerente estaria vinculado a liquidar os encargos inerentes às taxas administrativas no montante de 12.735,15 euros (doze mil setecentos e trinta e cinco euros e quinze cêntimos).-----

2. Constatou-se, que os cálculos das taxas administrativas, deste processo, que houve um lapso nos parâmetros introduzidos para o cálculo das mesmas, designadamente, o valor da taxa referente a, "construção de muros de suporte ou de vedação, por m²", que de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 66.º do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística é de 1,00 euros e não de 21,60 euros, tratando-se assim, de um erro de cálculo, meramente substantivo, resultante, de uma deficiente visualização das taxas correspondentes, inscritas na Tabela de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas - Regulamento n.º 314/2010, que urge corrigir. -----

4. Sendo assim, proponho o agendamento, deste assunto, para a próxima reunião de Câmara, no sentido de se retificar a deliberação, que recaiu, na informação/proposta n.º 139/SCOU/2019, no que respeita ao montante das taxas devidas pelo requerente (ítem X), as quais passaram assim a ser de 993,15 euros (nove centos e noventa e três euros e quinze cêntimos), encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros seguintes:-----

Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 5	Edifício destinado a indústria ou armazém, por unidade de ocupação			
a)	Até 500 m2 de área bruta de construção	0	108,10 €	0,00 €
b)	De 501 m2 a 1000 m2 de área bruta de construção	0	162,10 €	0,00 €
c)	Superior a 1000 m2 de área bruta de construção	1	216,10 €	216,10 €

	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em			
n.º10	1	570,00	1,00 €	570,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	12	11,85 €	142,20 €
TOTAL				993,15 €

TOTAL A LIQUIDAR..= 993,15 €-----
 À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15.02.2019:-----
 Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à rectificação do acto administrativo praticado, no âmbito deste processo, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 4 de Fevereiro, nos termos e para os efeitos preconizados na alínea 4, deste documento.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 668/17 - NARCISO NASCIMENTO BATISTA - LUGAR DE TRÁS DAS EIRAS, TRAVANCAS, FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 21.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----
 Reporta-se o processo em referência, ao procedimento de **legalização de obras construção/ampliação**, já iniciadas⁽¹⁶⁾ sem procedimento de controlo prévio⁽¹⁷⁾, as quais se projetam numa edificação existente, destinada a habitação unifamiliar, sito em Trás das Eiras, lugar de Travancas, no prédio abaixo identificado e em espaço urbano e urbanizável face ao PDM, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do DL n.º 555/99, de 16/12, na sua versão final, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

¹⁶ as quais, s.m.o., foram interrompidas ainda antes de concluída a fase estrutural, pelo que não podem ser consideradas como obras inacabadas, de acordo com o artigo 8.ºA do RMUE. Mais se esclarece as obras a levar a efeito tem uma expressão maior que as obras executadas.

¹⁷ com vista à reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística sujeita a licença-----

2.1 Segundo a declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data do facto 2013/12/31, onde consta que o prédio melhorado/modificado, em nome do ora requerente, com identificação matricial, artigo 659, tipo urbano freguesia União das freguesias de Travancas e Roriz, confronta de Norte com o próprio, de sul com caminho de consortes, de Nascente com Manuel dos Anjos e de poente com Aurélio Alves, com uma área total do terreno de 248,00 m², área de implantação de 164,00 m², área bruta de construção 328,00 m², sendo a idade do prédio 43 anos.-----

2.2 De acordo com a Caderneta predial urbana, do serviço de finanças, obtida via internet em 2018/03/06, referente ao prédio urbano sito na Rua 25 de Setembro, lugar de Travancas, sobre o qual recaiu a presente pretensão, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº659NIP da União das freguesias de Travancas e Roriz e que teve origem no artigo 428 da extinta freguesia de Travancas.-----

3. ANTECEDENTES -----

3.1 Queixa anónima, remetida via postal, para o município de Chaves, dando conta da realização de uma construção de índole ilegal sito na Rua 28 de setembro, na Aldeia de Travancas e solicitando que os serviços de fiscalização municipal se desloquem ao local, dando origem ao processo n.º 22/FIS/2017.-----

3.2 Ficha de acompanhamento de Operações Urbanísticas nº33/2017 - Zona Norte, emitida pelo Setor de Fiscalização Administrativa Municipal, SFAM, da Divisão de Administração e Fiscalização, DAF e em anexo o relatório sobre a situação da obra datada de 14/03/2017, onde se refere que por deslocação ao local, foi constatado "a construção de um andar, com cerca de 40m² em cima de rés do chão já existente, bem como a ampliação do rés do chão em aproximadamente 8,00m² sem controlo prévio por parte da administração (...), mais refere que pelo que foi possível apurar que a Sra. Maria Amélia dos Reis Garoto seria a proprietária.

3.3 Informação n.º 43/DAF/FISC/2017, prestada pela Chefe da DAF, Dra. Sandra Lisboa, em 16/03/2017, na qual recaiu o despacho do Sr. Vereador responsável, Arq.º Castanheira Penas, cuja responsável é a Sra. Maria Amélia dos Reis Garoto., no sentido do eventual infrator, num prazo não superior a 15 dias adotar as diligencias necessárias tendentes à regularização da situação.-----

3.4 Informação n.º156/2017 Zona Norte, datada de 23/08/2017, identificando o proprietário do imóvel o Sr. Narciso Nascimento Batista-----

3.5 Em 24/08/2017 e na sequência da Informação n.º156/2017 Zona Norte, datada de 23/08/2017, a Chefe da DAF, Dra. Sandra Lisboa prestou a informação n.º123/DAF/FIS/2017, em 24/08/2017, na qual recaiu o despacho do Sr. Vereador responsável, Arquiteto Castanheira Penas, foi o Sr. Narciso Nascimento Batista, ora requerente, oficiado da aplicação das medidas de tutela da legalidade urbanística (embargo prevista na alínea a), do n.º1, do artigo 102.º-B, do RJUE, embargo, pelo prazo de um ano, em vista a garantir a reintegração de ordem administrativa violada, com todos os efeitos aí emergentes, muito concretamente, a obrigatoriedade de paralisar, imediatamente, a execução dos trabalhos, evitando o agravamento da irregularidade detetada.-----

3.6. Simultaneamente a 21 de setembro de 2017 foi levantado Auto de Embargo e suspensão de obras particulares, referente "a construção de um andar, com cerca de 40m² em cima de rés do chão já existente, bem como a ampliação do rés do chão em aproximadamente 8,00m² sem controlo prévio por parte da administração , pelo prazo de um ano, que o Sr. Narciso dos Nascimento Batista esta a levar efeito, sem a respetiva

licença de construção administrativa, (...) as mesmas obras foram embargadas, pelo motivo descrito na ficha de acompanhamento de operações urbanísticas n.º33/2017 - Zona Norte, de 14/08/2017 e despacho superior de 28/08/2017 e comunicado por ofício N/Rf.ª 122/DAF/FISC/2017, de 22/09/2017.-----

3.7 Participação n.º 46/2017, inerente ao processo 22/FIS/2017.-----

3.8 Em 25/09/2017, pelo requerimento n.º 1708/17, o Sr. Narciso dos Nascimento Batista apresentou o projeto de arquitetura com vista à legalização de obras de construção já iniciadas sem procedimento de controlo prévio, as quais se projetam numa edificação existente, destinada a habitação unifamiliar, que deu origem ao processo n.º668/17, ora em análise.-----

3.9 Através da informação interna n.º 1357/SCOU/2017, de 03 de outubro de 2017 e dado que o pedido era contrário a normas legais aplicáveis e cumulativamente dada a sua irregular instrução, o mesmo, foi liminarmente rejeitado, proferido em deliberação em reunião desta Câmara Municipal realizada em 16/11/2017, tendo sido concedido, ao requerente, o prazo de 30 dias, ao abrigo dos artigos 121º e 122º do DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Novo Código do Procedimento Administrativo (NCPA), para dizer o que lhe oferecer, querendo, sobre o provável sentido da decisão, requerer diligências complementares e/ou para apresentar nesta Câmara Municipal, por escrito, as alegações e/ou documentos que entender por convenientes.-----

3.10 Em 20/03/2018, a coberto do requerimento n.º 579/18, no âmbito da audiência prévia motivado pela rejeição liminar do pedido, o interessado apresentou, subentende-se um novo pedido, apresentando correções ao projeto tendo em vista o cumprimento do enunciado na informação técnica, datada de 03/10/2017, da qual tomou conhecimento através do ofício N/Ref.ª 875/DGOT/2017, de 15/12/2017.-----

3.11 A 13/06/2018, estes serviços elaboraram informação n.º 0887/SCOU/2018, para o interessado aperfeiçoar o pedido, tendo lhe sido concedido o prazo de 15 dias, de acordo com o estipulado na alínea a), do n.º2, do artigo 11.º do RJUE, da qual tomou conhecimento através de email remetido para a coordenadora do projeto, Arquiteta Natália Ferreira, em 31/07/2018.-----

4. ANÁLISE TÉCNICA-----

Na sequência do requerimento n.º 579/18 de 20/03/2018 e considerando o teor da informação n.º 0887/SCOU/2018, datada de 13 de junho de 2018 e não tendo o requerente prestado qualquer esclarecimento, até à presente data proponho que seja proferido projeto de indeferimento do pedido. -----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1. Pelo que se enunciou no título 5, da presente informação, conclui-se que o pedido não se apresenta apto para aprovação, sendo passível de ser indeferido nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 24º do RJUE por violar normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

5.2 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o projeto de indeferimento do pedido de legalização, obras construção, já iniciadas sem procedimento de controlo prévio, as quais se projetam numa edificação existente, destinada a habitação unifamiliar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 24º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º do Decreto Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.-

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando um projecto de decisão administrativa visando o indeferimento da operação urbanística em causa (Ampliação de uma habitação unifamiliar, sita no lugar de Trás das Eiras, da aldeia de Travancas).-----

Neste contexto, e após tomada da deliberação acima preconizada, dever-se-á notificar o requerente, nos termos do preceituado no artigo 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 (dez) dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima pré-anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, iniciando a sua participação na reunião quando eram 15:00 horas. -----

3.15. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 215/15 - ORLANDO ALVES ROSA - LUGAR DE CANTO, SELHARIZ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação com o n.º 959/15 em 24-06-2015, o Sr.º Orlando Alves Rosa apresenta os seguintes elementos:-----

-Certidão negativa emitida pela CRPC sobre o prédio urbano, inscrito na matriz predial urbana da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras sob o artigo 853º;-----

-Comprovativo da declaração para inscrição ou actualização de prédios urbanos na matriz (Modelo 1 do IMI).-----

-Aditamento à memória Descritiva e Justificativa;-----

-Ficha de Habitabilidade ou de ocupação.-----

2-ANTECEDENTES-----

Por despacho datado de 20-05-2015, do Sr.º Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Arqt.º Castanheira Penas, o qual recaiu sobre a informação técnica de 29-04-2015, o interessado foi convidado a vir a processo corrigir e completar o seu pedido, no prazo de 15 dias.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO

O pedido de alteração à licença, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Comprovativo em como o imóvel se encontra alimentado de energia eléctrica;-----

-Memória Descritiva e Justificativa;-----

-Termos de responsabilidade da ArqtªAngélica Conceição Ramalho de Carvalho, autora do projecto de arquitectura, Arranjos Exteriores, Estabilidade e redes prediais de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do diploma legal acima referido;-

-Termos de responsabilidade do projecto do Ruído e do Estudo Térmico, nos quais a sua autora refere que a obra não observa as normas gerais e específicas de construção, nem as disposições regulamentares aplicáveis;-----

-Ficha de segurança contra incêndios;-----

-Calendarização;-----

-Comprovativo em como o imóvel se encontra alimentado de energia eléctrica;-----

-Caderneta predial urbana do prédio inscrito na União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos;-----

-Fotografias do imóvel; -----

-Declaração subscrita pela Dª Adelaide Sofia Ferreira de Almeida, para efeito do disposto no nº 11 do artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, declarando que os elementos cadastrais foram recolhidos com base na informação do requerente.-----

-Estimativa Orçamental;-----

-Calendarização;-----

-Planta de Localização à escala 1/1000;-----

-Planta de Ordenamento à escala 1/10 000;-----

-Levantamento Fotográfico à escala 1/500;-----

-Planta de Implantação, à escala 1/200;-----

-Planta do Existente;-----

-Planta de Apresentação à escala 1/100-----

-Alçados e Corte à escala 1/100;-----

-Plantas de Alterações à escala 1/100;-----

-Memória descritiva e plantas das redes prediais de abastecimento de Água, Saneamento e Águas Pluviais;-----

-CD -----

-Comprovativo da declaração para inscrição ou actualização de prédios urbanos na matriz (Modelo 1 do IMI).-----

-Aditamento à Memória Descritiva e Justificativa;-----

-Ficha de Habitabilidade ou de ocupação.-----

4-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO**4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102º-A, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

4.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal

Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10 000, apresentada pela interessada e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio urbano, objecto do presente pedido, insere-se em espaço da classe 1 (Espaço Urbanos e Urbanizáveis), Categoria 1.1 (Cidade de Chaves).-----

5-PARECER

5.1-De acordo com o disposto no nº 6¹⁸ do artigo 73º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma vistoria ao imóvel em 26-11-2015, da qual resultou o Auto de Vistoria Nº 7, que se anexa à presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.2-Da vistoria realizada concluiu-se que o projecto não retrata a materialização da habitação no local, pelo facto de não contemplar, o fecho da área destinada a terraço ao nível do 2º andar. O imóvel encontra-se em mau estado de conservação, havendo a necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação no edifício, sendo a legalização das obras de ampliação na Habitação Unifamiliar existente titulada por alvará de licença especial de legalização, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 73º -C do RMUE.-----

5.3-As peças desenhadas apresentadas não se encontram elaboradas de acordo com as regras mencionadas no artigo 15º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5.4-Mais se informa o requerente que se encontram em falta os seguintes elementos instrutórios:-----

-Projeto de Estabilidade, ou termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelos aspectos e características estruturais da obra realizada.-----

-Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações, ou termo de execução das instalações telefónicas de telecomunicações ou documento comprovativo de que o edifício já se encontra ligado à rede pública.

-Declaração de isenção de apresentação de quaisquer dos elementos acima indicados (uma por cada especialidade).-----

-Fotografia do existente, nomeadamente do Alçado Posterior.-----

-Desenhos de acordo com as cores mencionadas no artigo 15º¹⁹ do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

6-RESPONSABILIDADE-----

6.1-O projecto de arquitectura, e de arranjos exteriores, da autoria da Arqtª Natália carriço Ferreira, encontram-se acompanhado com os respectivos termos de responsabilidade quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE.-----

6.2-O estudo acústico, o projecto de estabilidade, o projecto térmico, os projectos referentes às redes de abastecimento de água e de

¹⁸ **Artigo 73º C - Procedimento de legalização de operação urbanística**

6-O Procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável.-----

7-Do ato que determinar a realização da vistoria, é notificado o proprietário do imóvel, mediante carta registada expedida com, pelo menos, 8 dias de antecedência, relativamente à data da sua concretização. -----

¹⁹ **Artigo 15º - Desenhos de alteração -----**

Nos projectos que envolvam alterações deveram ser apresentados os seguintes elementos mínimos:-----

a) Desenhos representativos da situação existente;-----
b) Desenhos representativos das alterações pretendidas, com as seguintes regras:-----

i) A preto - os elementos a conservar;-----
ii) A vermelho - os elementos a construir;-----
iii) A amarelo - os elementos a demolir;-----
iv) A azul - os elementos a legalizar.-----
c) Desenhos com a situação final proposta.-----

drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e a coordenação de todos os projectos são da autoria do Engº Civil Rogério Paulo Moura Barroco Moraes dos Reis, encontrando-se todos acompanhados com os respectivos termos de responsabilidade, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, não acompanhados do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE.-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1-Considerando que o pedido de legalização não se encontra instruído com os elementos mencionados no nº 15 e nº 16 do anexo da Portaria nº 113/2015, de 22/4;-----

7.2-Considerando que, da vistoria realizada concluiu-se que o projecto não retrata a materialização da habitação no local, e o imóvel encontra-se em mau estado de conservação, havendo a necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação no edifício, sendo a legalização das obras de ampliação na Habitação Unifamiliar existente titulada por alvará de licença especial de legalização, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 73º -C do RMUE.-----

7.3-Considerando que as peças desenhadas apresentadas não se encontram elaboradas de acordo com as regras mencionadas no artigo 15º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

7.4-Considerando que, não foram apresentados todos os projectos de especialidades referentes presente pedido de legalização de obras, realização em desconformidade com as licenças emitidas por esta autarquia.-----

8-PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e no Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se que seja praticada deliberação pelo Executivo consubstanciada na intenção de indeferir o pedido de legalização das obras de construção, formulado pelo requerimento registado com o nº 603/15 e nº 959/15, nos termos do disposto no artigo 102º -A do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9 e no nº 8 e 9 artigo 73º - C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

8.2-De acordo com o disposto nos artigos 121º²⁰ e 122º²¹ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de

²⁰ Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

²¹ Artigo 122º - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

7/1, deve ser dado ao interessado o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (Reconstrução de uma habitação unifamiliar, sita no lugar do Canto, da aldeia de Selhariz).-----

Neste contexto, dever-se-á, se seguida, notificar o requerente, nos termos do preceituado nos artigos 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 (dez) dias, dizer o que se lhe oferecer, sobre o sentido provável da decisão acima pré-anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. COLOCAÇÃO DE SINAIS DE STOP E ESPELHOS - PROCESSO N.º 940/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 14.02.2019. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, pelo Sr. Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, Presidente da freguesia de Vila Verde da Raia. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 2427/18, relativo ao processo n.º 940/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido sinalização em dois entroncamentos com a Estrada Municipal 502 (estrada de Outeiro Seco) de dois arruamentos (Rua do Santo e Rua da Calheia) e a Ecovia do Tâmega (Rua das Fontainhas). Foi solicitada também a colocação de dois espelhos parabólicos, os quais, após verificação junto do requerente, já estarão colocados nos locais pretendidos.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

a) Na Ecovia do Tâmega (Rua das Fontainhas), no entroncamento com a EM 502: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) -----

b) Na Rua do Santo, no entroncamento com a EM 502: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) -----

c) Na Rua da Calheia, no entroncamento com a EM 502: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) -----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 300,00€ (trezentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da freguesia de Vila Verde da Raia, o Senhor Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.17. PEDIDO PARA MARCAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA SEDE DA JUNTA E NO LARGO DO CRUZEIRO EM LOIVOS PARA ESTACIONAMENTO DO PÁROCO DA FREGUESIA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 10.01.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, pela Sra. Cecília Alves, Presidente da União de freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 2294/18, relativo ao processo n.º 880/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de marcação/sinalização para dois lugares de estacionamento destinados à "Junta de freguesia" junto à respetiva sede e marcação/sinalização de um lugar de estacionamento destinado ao pároco da freguesia no Largo do Cruzeiro em Loivos.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

d) Junto ao edifício sede da junta de freguesia: Colocação de um (1) sinal de código H1A (Estacionamento autorizado), com um (1) painel indicador de aplicação "Junta de Freguesia" modelo n.º 10b e um (1) painel indicador de periodicidade "DIAS ÚTEIS DAS 9 às 19h" modelo n.º 7d e execução de marca rodoviária M14A (linha contínua amarela com 0,1m de largura).-----

e) No Largo do Cruzeiro em Loivos: Colocação de um (1) sinal de código H1A (Estacionamento autorizado), com um (1) painel indicador de aplicação "Pároco" modelo n.º 7d e execução de marca rodoviária M14A (linha contínua amarela com 0,1m de largura).-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 300,00€ (trezentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar a Presidente da União de freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, a Senhora Cecília Alves, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Vidago da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.18. ALTERAÇÃO A EDIFÍCIO DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PEDIDO DE APROVAÇÃO – PROCESSO N.º 463/18 – SANDRA CAROLINA PIRES RODRIGUES SILVA – RUA DO CITY, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 25.02.2019.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 18/19, referente ao processo n.º 463/18, a Sr.ª Sandra Carolina Pires Rodrigues Silva e outros, na qualidade de proprietários, solicitam, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de alteração²² de um edifício, destinado a prestação de serviços – “comunidade terapêutica”, localizado na rua do City – Vilar de Nantes, freguesia de Vilar de Nantes no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 448,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 599 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 402/19900508, da freguesia de Vilar de Nantes.-----

2 -ANTECEDENTES-----

2.1. Licença de construção n.º 503/79, para construção de um restaurante de r/chão, com a área de 200,00 m².-----

2.2. Licença de construção n.º 219/85, para ampliação do prédio com um andar, com a área de 377,60 m².-----

2.3. Licença de construção n.º 420/85, com aumento da área de 240,00 m², distribuídos pela cave e r/chão.-----

2.4. Alvará de Licença Sanitária 35/85, para “funcionar como casa de hóspedes”.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.º 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril e artigo 13.º do RMUE, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----

²² «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea; -----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização s/escala;-----
- Planta de consulta à escala 1:25 000;-----
- Fotografias;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, pelo coordenador de projeto e pelos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter -----
- Seguro de responsabilidade civil do técnico;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plano de acessibilidade e termo de responsabilidade;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 500;-----
- Plantas à escala de 1:100; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações à escala 1:100;-----
- Contrato de fornecimento de energia elétrica;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto acústico;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de Segurança Contra Incêndio, aprovado pela entidade competente;-----
- Projeto de ventilação e exaustão;-----
- ITED;-----
- Projeto de instalação de gás;-----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea e), do n.º 2, art.º 4, do Dec.-Lei555/99 alterado pelo Dec.-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro (doravante RJUE), por se tratar de obras de alteração em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeita a licença administrativa.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 B, o prédio urbano, está inserido num espaço da Classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.----

4.3.- Em diplomas especiais-----

4.3.1- O presente pedido enquadra-se no Decreto- Lei n.º 127/2014, de 22/08, que estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, qualquer que seja a sua denominação, natureza jurídica ou entidade titular da exploração, incluindo os estabelecimentos detidos por instituições particulares de solidariedade social (IPSS), bem como os estabelecimentos detidos por pessoas coletivas públicas.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- De acordo com as plantas representativas das alterações pretendidas, verifica-se que não há aumento de área, relativamente a edificação existente. As alterações propostas são ao nível da funcionalidade do espaço interior, necessária para a atividade específica a desenvolver e melhoria das condições de acesso desde o arruamento público até à entrada principal do edifício, com a criação de rampas de acesso a pessoas com mobilidade condicionada.-----

5.2- O edifício a alterar tem uma área bruta de construção licenciada de 817,60 m², distribuídos por 3 pisos, cave, r/chão e andar. As alterações propostas no edifício, visam dota-lo de capacidade, para o exercício das unidades que atuam na área do tratamento ou da recuperação de pessoas com comportamentos aditivos e dependentes, tais como toxicodependentes, esta atividade é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 16/1999, de 25/01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2016, de 08/11.-----

5.3- O edifício a alterar, destina se a prestação de serviços, o que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 7.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.4- No âmbito do presente projeto de alterações, referente à alteração de um edifício para desenvolver uma atividade específica - "Comunidade terapêutica", foram consultadas pelo requerente as seguintes entidades, nos termos do disposto no artigo 13-B.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e conforme previsto no Decreto-Lei 127/2014, 22/08, designadamente:-----

5.4.1- ARS Norte, emite parecer favorável datado de 2018-09-27, nos termos da informação anexa ao processo;-----

5.4.2- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a qual emitiu parecer favorável datado de 2018-12-27, nos termos da informação anexa ao processo;-----

5.5 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8, do art.º 20, do RJUE.-----

5.6- Face ao núcleo antigo, em que se insere a pretensão, pode ser dispensada do cumprimento dos lugares mínimos de estacionamento, previstos na alínea d), do n.º 3, do artigo 12.º, do Plano Diretor Municipal, em conformidade com o disposto no seu n.º 5, sendo certo, que o edifício possuía, alvará de licença sanitária 35/85, para "funcionar como casa de hóspedes".-----

5.7- O imóvel destina-se a prestação de serviços, para funcionar, como "comunidade terapêutica", é servido por arruamento público, devidamente infraestruturado, pavimentado a cubos de granito e ligação à rede pública de água e saneamento.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;---

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- Não há alteração ao valor das taxas de infraestruturas urbanísticas, pagas com a emissão do alvará de licença inicial.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização, desta operação urbanística correspondem ao valor de 182,05 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 182,05 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- A presente operação urbanística, consubstanciada, em obras de alteração de um edifício destinado a prestação de serviços, compagina-se, com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.

8.3 - A edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.---

8.4- Considerando, que o imóvel se destina a prestação de serviços, para funcionar como Comunidade Terapêutica", o que se enquadra no disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 7, do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- São apresentados pareceres favoráveis das entidades externas, intervenientes no processo de licenciamento, da atividade específica - "comunidade terapêutica", nos termos do Decreto-Lei 127/2014, de 22/08. -----

8.6- Por outro lado, o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8, do art.º 20, do RJUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Propõe-se a aprovação, do projeto de alterações à arquitetura, apresentado sob requerimento n.º18/19.-----

9.1.2- São apresentados sob o mesmo requerimento, todos os projetos de especialidades exigíveis, nos termos da lei, pelo que se propõe o licenciamento das alterações ao imóvel, destinado a prestação de serviços - "**Comunidade Terapêutica**".-----

9.1.3- Propõe-se ainda que, o processo seja presente na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.-----

9.1.4- Caso a Câmara delibere favoravelmente, o pedido de licenciamento das alterações ao imóvel:-----

9.1.4.1- Deverá o requerente, proceder á liquidação das taxas urbanísticas, previstas no art.º 117, do RJUE;-----

9.1.4.2- De acordo com o n.º1, do artigo 76.º, do Dec.-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1, do artigo 3.º, da Portaria 216-E/2008, de 3 de Março, para

que se possa emitir o respetivo aditamento ao alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----
- Plano de segurança e saúde;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
ÁREAS-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso-1			83,00		83,00
Piso 0		402,00			402,00
Piso 1		282,00			282,00
TOTAL	0,00	684,00	83,00	0,00	767,00

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

- Não há alteração nas taxas de infraestruturas.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		39,85 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	12	11,85€ 142,20 €
TOTAL			182,05 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 182,05 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente à aprovação do projecto de arquitetura da operação urbanística em presença (Obras de alteração de uma edificação existente, na Rua do City, da aldeia de Vilar de Nantes, destinada a prestação de cuidados de saúde atinentes ao tratamento e recuperação de pessoas com comportamento aditivos e dependentes) e, face aos elementos complementares apresentados (projectos de especialidades), o deferimento do pedido de licenciamento da respectiva operação urbanística, nos termos e para os efeitos enunciados no item "9-Proposta de Decisão", deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.19. RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA - PROCESSO N.º 466/18 - FERNANDO PAULO ROSA CHAVES - RUA TENENTE VALADIM N.º 63/69, SANTO AMARO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 26.02.2019.----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução -----

A pretensão incide sobre a apresentação de projeto de arquitetura para reconstrução e ampliação de um edifício existente composto por 2 pisos, r/c e andar, pretendendo ampliar para 3 pisos com aproveitamento do sótão para arrumos, localizando-se na Rua Tenente Valadim n.º 63/69, Santo Amaro, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

II - Antecedentes-----

O requerente possui alvará de licença de obras de demolição n.º 101/17, válida até 10/01/2018, referente ao edifício sito na Rua Tenente Valadim n.º 63/69, Santo Amaro, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

Através do requerimento n.º 1258/18 apresenta projeto de arquitetura para reconstrução de um edifício composta por 2 pisos, r/c e andar, e aproveitamento do sótão para arrumos, com área de construção proposta de 308,30 m², e sobre o qual recaiu a informação técnica de 27/07/2018.-----

III - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 2593/18 refere-se a uma edificação, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

IV- Enquadramento Urbanístico-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 466/18 - a edificação objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

4.1.1- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 466/18 enquadra-se no preceituado no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) e o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

4.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 466/18, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5.º do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

V - Caracterização e Análise da Pretensão-----

Através do requerimento n.º 2593/18 apresenta projeto de arquitetura/alterações para reconstrução e ampliação de um edifício existente (composto por 2 pisos, r/c e andar) para uma edificação composta por 3 pisos com aproveitamento do sótão para arrumos, com área bruta de construção de 643,00 m2.-----

O terreno objeto de intervenção encontra-se registado na conservatória de registo predial, registo n.º 3562/20100721, em nome do proponente, com matriz urbana e artigo 1567, com:-----

Área total de terreno de 193,50 m2, -----

Área coberta de 170,5 m2, -----

Área descoberta de 23,00 m2.-----

O levantamento topográfico apenso ao processo, refere que o terreno possui uma área de 193,50 m2.-----

A construção proposta tem fins habitacionais e comércio/serviços, composta:-----

	Edifício existente (Áreas)	Projecto proposto (Áreas)	Uso
r/c	170,50 m2	169,50 m2	Comercio/serviços
1.º andar	139,10 m2	194,60 m2	Habitação
2.º andar		194,60 m2	Habitação
sótão		84,30 m2	Arrumos

O proponente faz aproveitamento da cobertura para arrumos destinados a cada uma das habitações. Este aproveitamento do sótão (desvão da cobertura) não possui pé direito regulamentar, pelo que não é contabilizado para efeitos de índice.-----

Considerando que a edificação em causa possui um passeio pedonal exíguo, na confrontação com a Rua Tenente Valadim, o qual condiciona a circulação pedonal;-----

Considerando que tal condicionamento pedonal, foi objeto de consulta da Divisão de Projetos e Mobilidade sobre a rede viária existente e eventual alteração que estivesse em curso para o local, a qual emitiu o parecer/informação n.º 215/DPM/2018, que se remeteu cópia ao proponente.-----

Considerando assim, que face ao parecer da DPM, o requerente vem apresentar projeto de alterações contemplando as condicionantes revertidas no referido parecer.-----

O projeto proposto, propõe um avanço do edifício, a nível dos andares, para espaço aéreo do domínio público, contrariando o disposto no n.º1 do artigo 30.º do RMUE.-----

Artigo 30.º Saliências, corpos balançados e varandas-----

1 – Nas fachadas das novas edificações contíguas a espaço público, não é permitida a utilização do espaço aéreo público por corpos balançados utilizáveis, nomeadamente compartimentos ou partes de compartimentos, saliências e varandas.-----

As plantas que materializa a proposta, nomeadamente plantas de contraste, não se coadunam com os limites da edificação.-----

Informa-se, que a edificação a reconstruir e ampliar não pode ocupar espaço de domínio público, tanto a nível do solo, como espaço aéreo.-

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se encontra em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec.-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril. -----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se insere na malha urbana da Cidade de Chaves, possuindo as infraestruturas necessárias, nomeadamente, rede de abastecimento público de água, rede de saneamento e rede de abastecimento de eletricidade, e arrumamentos. Considerando que a área bruta total de edificação proposta é de 643,00 m2, de 3 pisos sendo admissível, em conformidade com moda e cêrcea dos alinhamentos existentes, pelo cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 19.º da alteração ao regulamento do PDM. -----

Artigo 19.º Regras de edificabilidade-----

1- A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina regulamentar.-----

2- A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cêrcea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando-se como:-----

i. **Moda da cêrcea - a cêrcea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;**-----

ii. Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

Considerando que a edificação em causa se insere no núcleo antigo de Santo Amaro, julga-se salvo melhor opinião, que relativamente ao cumprimento do disposto no artigo 12.º do Reg. do PDM, a mesma está dispensado do cumprimento face ao disposto no n.º 5 do retrocitado artigo.-----

Considerando que o projeto de arquitetura/alterações agora apresentado respeita o parecer da DPM., mas não retrata a situação existente no local, nomeadamente os limites da edificação existente e o proposto. Considerando que o projeto de arquitetura apresentado não se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente violar o disposto no n.º 1 do artigo 30.º do RMUE, isto é, ocupa espaço aéreo público com um corpo em balanço utilizável a nível dos andares superiores. -----

VII - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de indeferimento do projeto de arquitetura, referente à reconstrução e ampliação de edifício composta por 3 pisos (r/c, 1.º, 2.º andar e sótão) com área bruta total de edificação de 643,00 m2.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.02.2019:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar

um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do projecto de arquitectura da operação urbanística em presença (Reconstrução e ampliação de um edifício de habitação colectiva e comércio, sito no gaveto formado pelas Avenidas Tenente Valadim e de Santo Amaro, em Chaves), em razão de facto de o mesmo, para além de prever a ocupação indevida de espaço de domínio público, violar o preceituado no artigo 30.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Neste contexto, e atento o disposto nos artigos 121º e 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, dever-se-á, se seguida, notificar o requerente, por escrito, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima pré-anunciado.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) - RESPOSTA AO OFICIO 005-19AS - SUSPENSÃO DE TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 44/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 162 de 23 de agosto de 2018, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "CENTRO CIVICO (PARU 2.3)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 1 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à firma "Edibarra - Engenharia e Construção, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 16 de novembro de 2018. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 228 917,02 € (duzentos e vinte e oito mil novecentos e dezassete euros e dois cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias -----
- O contrato foi celebrado no dia 16 de novembro de 2018; -----
- O auto de consignação é de 3 de dezembro de 2018; -----
- A aprovação do Plano de Segurança, foi comunicada a 5 de dezembro de 2018 -----

5. A empreitada, consiste essencialmente, na remodelação do edifício existente, contemplando a construção de novas áreas cobertas, para a introdução de mais uma sala de convívio e instalações sanitárias publicas, bem como arranjos exteriores. Tais considerandos, envolvem trabalhos que necessitam de fundações e como tal, intervenção no subsolo. -----

6. A entidade executante, através de ofício, Ref.^a 005-19AS, que deu entrada no E.G. com o registo nº329 em 11/01/2019, vem solicitar um auto de suspensão, dos trabalhos que impliquem a movimentação de solos, argumentando para tal o seguinte: -----

I) Ordem dada pelo dono de obra, no dia 14/12/2016, para o impedimento de se efetuarem trabalhos que envolvam o subsolo, devido à necessidade de acompanhamento arqueológico, conduzindo, tal ordem, ao impacto no planeamento do projeto e possíveis custos associados; -----

II) Os trabalhos suspensos fazem parte do caminho crítico do plano de trabalhos, e a menos que seja possível alguma recuperação de tempo nas restantes atividades, terá como consequência direta a prorrogação do prazo e custos, igual ao tempo da suspensão; -----

III) Outro impacto com significado para o equilíbrio financeiro da empreitada, são os recursos mobilizados e que estão parados ou em sub-rendimento. -----

II - Fundamentação -----

1. No âmbito contratual da presente empreitada, não se encontram previstos, quaisquer trabalhos de arqueologia. Contudo, estando a obra localizada no Centro histórico de Chaves, está sujeita a trabalhos de arqueologia, nomeadamente, à escavação de duas sondagens arqueológicas em momento anterior ao início das obras de construção, acrescido, do posterior acompanhamento arqueológico em obra, de todos os trabalhos que implicam revolvimento do subsolo. -----

2. Tais trabalhos, mencionados na Inf. Nº440/DSCH/2018, datada de 13/12/2018, da Divisão de Salvaguarda de Centro Histórico (DSCH), segundo ordens superiores, devem ser dirigidos pelos serviços de arqueologia do Município, sendo necessário o apoio de dois trabalhadores indiferenciados, bem como o fornecimento de ferramentas de trabalho. -----

3. A obra teve o seu início, no dia 3/12/2018, porém, sem a necessária autorização, por parte da Direção Regional de Cultura do Norte, para a execução dos trabalhos de arqueologia, não é possível efetuar quaisquer trabalhos que envolvam o subsolo, nomeadamente trabalhos de fundações e consequentemente, toda a nova construção. Tal condicionamento, origina a reformulação do plano de trabalhos, empurrando as tarefas de betão armado e todas as que lhes são subsequentes, para data posterior, antecipando, porém, o início dos trabalhos referentes à nova cobertura do edifício existente. -----

4. Após efetuados os procedimentos habituais, no respeitante ao envio de documentação para o pedido de autorização de trabalho arqueológico (PATA), dirigido à Direção Regional de Cultura (com efeitos a partir de 8/01/2019), foi obtida resposta, com a respetiva autorização no dia 29/01/2019. -----

5. Foram disponibilizados, pelo Município, os meios humanos e materiais, necessários para a realização das sondagens arqueológicas, no dia 7/02/2019, tendo as mesmas, ficado concluídas no dia 12/02/2019.

6. Na presente data, encontram-se os trabalhos da cobertura do edifício existente, em fase de conclusão, tendo sido iniciados (18/02) os trabalhos de estabilidade, para a nova construção, nomeadamente a execução das fundações para a laje maciça do pavimento. Apesar de tais tarefas se encontrarem, incluídas no caminho crítico do plano de

trabalhos, ainda é praticável o cumprimento do prazo de execução contratual, caso, não surjam quaisquer situações imprevistas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se ao órgão executivo: -----

I) Nesta fase, indeferir o pedido de suspensão dos trabalhos, considerando que, na presente data, não se verificam quaisquer impedimentos à execução dos trabalhos contratuais, considerando ainda, que foram antecipados outros trabalhos, permitindo assim equilibrar a faturação mensal, de acordo com o respetivo plano de pagamentos aprovado, pelo que, não se encontram argumentos, que justifiquem, conceder agora, uma suspensão parcial dos trabalhos. -----

II) Caso a presente proposta merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante, da decisão tomada. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 19 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior -----

(M.^a Madalena Sousa Durão Branco) -----

Em Anexo: Ofício ref.^a005-19AS -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2019.02.21. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE

2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO LOCAL DE PRODUTORES" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação n.º 63/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2.^a Série, n.º 231 de 30 de novembro de 2018, concurso público, para a execução da empreitada "Requalificação do Mercado Local de Produtores"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 21 de janeiro de 2019, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Sensetec, Engenharia e Construção, Lda." -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 21 de janeiro de 2019; -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 143.794,06 € (Cento e quarenta e três mil, setecentos e noventa e quatro Euros e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 120 dias; -----

5 - O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1 do artigo 362º, do CCP, encontra-se previsto para o dia 25 de fevereiro de 2019. -----

6 - O adjudicatário, apresentou a 22 de fevereiro de 2019, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei n.º 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Fernanda Serra, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o n.º 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Fernanda Serra -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o n.º 1 do artigo 15º do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 25 de fevereiro de 2019 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS PORTAS DO ANJO, ALFERES JOÃO BATISTA, CRUZEIRO, VISCONDESSA DO ROSÁRIO E FONTE DO LEITE (PAMUS 1.1 E 3.1)" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. ---

Foi presente a informação nº 65/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 158 de 17 de agosto de 2018, concurso público, para a execução da empreitada "Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 04 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Higino Pinheiro & Irmão, S.A." -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 20 de novembro de 2018; -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 1.133.878,65 € (Um milhão, cento e trinta e três mil, oitocentos e setenta e oito Euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 120 dias; -----

5 - O adjudicatário, apresentou a 26 de fevereiro de 2019, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco; -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 27 de fevereiro de 2019 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 67/2019, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares". -----

2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017. -----

II - Fundamentação -----

A obra encontra-se em fase conclusão, faltando apenas a colocação da última camada de pavimento na rotunda e a pintura no mesmo local. ----

2 - Acontece, porém, que tendo a camada de regularização sido aplicada recentemente, é conveniente não aplicar a camada de desgaste logo de seguida de modo a permitir um maior tempo de cura, contribuindo para a obtenção de melhores condições de resistência e durabilidade. ----

3 - Desta forma, tal trabalho, bem como os que dele dependem, deverão ser suspensos até que se encontrem reunidas as condições necessárias para a conclusão -----

4 - Prevê-se assim que se encontrem reunidas as condições ótimas, quer em termos de tempo de cura como de amplitudes térmicas aconselhadas para a execução da camada de desgaste, em meados de abril, o que permitiria a conclusão antes do fim do mês de abril. -----

5 - O valor de obra em falta, representa cerca de 1% do valor global da obra. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face aos elementos apresentados, propõe-se ao executivo municipal, aprovar a suspensão total dos trabalhos em falta, até que se encontrem reunidas as condições ótimas para a realização dos mesmos, encontrando-se a mesma regulamentada pelo artigo 365º do CCP ressaltando-se que a mesma se encontra nas condições mencionadas no

artigo 367º do mesmo diploma, ou seja, não implica a assunção de encargos por parte do Município. -----

3 - Alerta-se ainda para, caso sejam aceites por parte do empreiteiro as condições de suspensão, a manutenção do local da obra para garantir a segurança das condições de circulação dos veículos e dos peões, são da sua exclusiva responsabilidade. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, Divisão de Obras Públicas, 26 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior responsável pela fiscalização da obra -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.ª) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2019.02.27. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE

2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 03/DOP/2019. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 03/DOP/2019, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, EDIBARRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., no valor de 12.064,21 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE

2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €12.064,21 (Doze mil e sessenta e quatro euros e vinte e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 32/DOP/2019 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 32/DOP/2019, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 25.121,31 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €25.121,31 (Vinte e cinco mil, cento e vinte e um euros e trinta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 33/DOP/2019 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 33/DOP/2019, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 46.788,84 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €46.788,84 (Quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

1. REORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIÇOS E CENTROS DE DADOS PARA COMPUTAÇÃO EM LINHA - MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E CENTRO DE DADOS (AÇÃO 1) - PORN (NORTE 2020) - CHAVES EM LINHA. CONCURSO PÚBLICO Nº3/SC/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição de bens para o projeto identificado em epígrafe, de acordo com a Informação N° 06/2019/GSIC em anexo, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que o preço base do presente procedimento é de 289.955,00 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, valor que resulta das componentes; -----

- Equipamento Informático: 167.874,43 + IVA -----
 - Software Informático: 101.500,00 + IVA -----
 - Assistência Técnica: 20.580,57 + IVA -----

- Considerando que, de acordo com a Informação N° 06/2019/GSIC, em anexo, o preço base indicado no caderno de encargos teve como base consultas informais ao mercado, designadamente através da consulta de preços on-line, sem prejuízo do disposto na alínea j) do n° 1 do artigo 55.º do CCP e ainda os custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos - *Ponto III - Da proposta em sentido estrito*, da Informação N° 06/2019/GSIC; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea a) do n°1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos lançar mão do procedimento "Concurso Público" como procedimento para a celebração de contratos, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando o valor do contrato seja superior aos limiares referidos nas alíneas b), c) ou d) do n°3 do artigo 474º; -----
 Assim, em cumprimento do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização à Câmara Municipal de Chaves, para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea a) do n°1 do artigo 20º do CCP, para adjudicação da aquisição de bens para o projeto identificado em epígrafe. -----

2. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no n°1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no n°3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Dr. Luís Brito, Especialista de Informática, em regime de mobilidade; -----

- 2º Membro Efetivo: Conceição Barreiros, Técnica de Informática. ---
 O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Eng.º Delmar Fernandes, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos; -----

- 2º Membro Suplente: Dr.ª Márcia Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira. -----

3. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no n°1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no n°2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

4. Aprovação do processo de procedimento -----
 Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea c) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos, o programa de procedimento e o anúncio do concurso. -----

5. Caução -----
 No presente procedimento será exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no nº2 do artigo 88º e 89º do Código dos Contratos Públicos, a empresa adjudicatária presta caução no valor de 1% do preço contratual. -----

6. Adjudicação por lotes -----
 Considerando que as especificações técnicas do Caderno de Encargos, incluem uma solução integrada e que são indissociáveis do ponto de vista funcional, propõe-se que a decisão de contratar contenha a fundamentação de não adjudicação por lotes, nos termos previstos na alínea a) do nº2 do artigo 46-A do CCP *"Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnica ou funcionalmente incindíveis ou, não o sendo, a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante"* - Informação Nº 06/2019/GSIC. -----

7. Cabimento orçamental -----
 O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas: 070107 - Ação 2016/I/25, 070108 - Ação 2016/I/25 e 020219, conforme informação de cabimento em anexo. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 26 de fevereiro de 2019 -----
 A Técnica Superior -----
 (Fátima Flambot) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2019.02.27 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DOS CADASTROS DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CHAVES - TRABALHOS COMPLEMENTARES. -----

Foi presente a informação nº35/DAR/2019, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -

I - Enquadramento-----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado na Plataforma Vortal em 05 Janeiro de 2017, um concurso público tendo como objeto a adjudicação da "Prestação de serviços para a elaboração dos cadastros das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais do Concelho de Chaves".-----

De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária

de 28 de Abril de 2017 o Município de Chaves adjudicou à empresa "Hidurbe Serviços, SA", a execução da referida prestação-----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 3 de Maio de 2017.-----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 330 000€ (Trezentos e trinta mil euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.-----

5. Prazo de execução é de vinte e quatro meses-----

II - Fundamentação-----

1. No decorrer dos trabalhos verifica-se os quilómetros de redes a levantar (750 km para a rede de águas e 450 km para a rede de águas residuais estimados no caderno de encargos), vai ser ultrapassado----

2. Torna-se necessário levantar mais 50 km de rede de Águas Residuais e 42 km de rede de Abastecimento de água-----

ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (AA) E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (SAR) - MUNICÍPIO DE CHAVES

QUANTIDADES EXCEDENTES

Trabalhos executados	Descrição	Quantidade C.E.	Unidade
Levantamento e cadastro da rede SAR	Condutas	450	Km

Freguesias / Trabalhos de Cadastro	Extensão Excedente
Verificação e Edição Final C. E. + 5%	22,5
Santa Maria Maior	5,0
Vilarelho da Raia	8,5
Águas Frias	6,0
Planalto do Monforte	4,5
UF Soutelo e Seara Velha	3,5
TOTAL EXCEDENTE	50,0
TOTAL CADERNO DE ENCARGO	450
TOTAL CADASTRO REDE AA	500

ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (AA) E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (SAR) - MUNICÍPIO DE CHAVES

QUANTIDADES EXCEDENTES

Trabalhos executados	Descrição	Quantidade C. E.	Unidade
Levantamento e cadastro da rede de AA	Condutas	750	Km

Freguesias / Trabalhos de Cadastro	Extensão Excedente
Verificação e Edição Final C. E. + 5%	37,5
Santa Maria Maior	4,5
TOTAL EXCEDENTE	42
TOTAL CADERNO DE ENCARGO	750
TOTAL CADASTRO REDE AA	792

3. O valor dos trabalhos complementares, considerando os preços contratados é de 19 886.21€-----

III - Da Proposta-----

Assim:-----

1.Considerando que os trabalhos complementares em causa enquadram-se com a alínea a) do n.º 2 do artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos,pois, não podem ser técnica e economicamente separados do objecto do contrato, sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante.-----

2. Considerando que existe dispensa de instrução do Tribunal de Contas nos termos do disposto no nº2 do artigo 48 LOPT de contas, com as alterações introduzidas pelo artigo 255 do novo LOE -----

3. Considerando que existe a necessidade de realizar trabalhos complementares que se traduzem no levantamento de mais 50 km de rede de Águas Residuais e 42 km de rede de Abastecimento de água adicionais que manifestamente era impossível de prever na altura do lançamento do procedimento-----

4. Considerando que os referidos trabalhos ascendem ao montante de 19.886,21€, (dezanove mil oitocentos e oitenta e seis euros e vinte e um cêntimos), IVA não incluído, o que representa 6,21% do valor de adjudicação, cumprindo o estipulado no artigo 454 ponto 2 alínea b).-.

5. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável a prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental no orçamento

da despesa corrente, muito concretamente na rubrica 070115 e PPI 2016I79-----

6.Considerando que o prazo de execução é de mês e meio-----
Sou a propor o seguinte:-----

a. Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para a reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos Trabalhos complementares;-----

b.Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário no sentido de apresentar um reforço de caução, no valor de 994.31 €, destinada a garantir a celebração do contrato;-----

Junta-se minuta de adenda ao contrato celebrado-----
À consideração Superior.-----

Chaves, 26 de Fevereiro de 2019-----

O Chefe de Divisão-----

Carlos Delmar Fernandes)-----

ADENDA AO CONTRATO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DOS CADASTROS DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESIDUAIS". -----

• Considerando que no passado dia 03 de maio de 2017, por deliberação do executivo camarário de 10 de abril de 2017, foi adjudicada a "prestação de serviços para a elaboração dos cadastros das redes de abastecimento de água e drenagem de águas pluviais e residuais", ao adjudicatário Hidurbe Serviços, S.A., pelo valor de € 330 000,00 (trezentos e trinta mil euros), com um prazo de execução de 24 meses;

• Considerando que, no decorrer dos trabalhos verificou-se que os quilómetros de redes a levantar (750 Km para a rede de águas e 450 Km e 450 Km para a rede de águas residuais estimados no contrato inicial e no caderno de encargos), vai ser ultrapassado; -----

• Considerando que, se torna necessário levantar mais 50 Km de rede de águas residuais e 42 Km de rede de abastecimento de água, traduzindo este levantamento em trabalhos complementares no valor de 19 886,21 € (dezanove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e vinte e um cêntimos) a preços acordados; -----

• Considerando que os trabalhos complementares em causa enquadram-se com a alínea a) do n.º2, do artigo 454.º, do Código dos Contratos Públicos, pois, não podem ser técnica e economicamente separados do objeto do contrato inicial, sem inconvenientes graves para o primeiro contratante; -----

• Considerando que existe dispensa de instrução do Tribunal de Contas nos termos do disposto no n.º2, do artigo 48.º LOPT de contas, com as alterações introduzidas pelo artigo 255.º do novo LOE; -----

• Considerando que existe a necessidade de realizar trabalhos complementares que se traduzem no levantamento de mais 50 Km de rede de águas residuais e 42 Km de rede de abastecimento de água adicionais que manifestamente era impossível de prever na altura do lançamento do procedimento; -----

• Considerando que os referidos trabalho ascendem ao montante de 19 886,21 € (dezanove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e vinte e um cêntimos), IVA não incluído, o que representa 6,21% do valor da adjudicação, cumprindo o estipulado na alínea b), do n.º 2, do artigo 454.º, do Código dos Contratos Públicos, com um prazo de execução de 1 mês e meio. -----

Assim, no dia ... de de 2019, -----

Como primeiro contratante, o **MUNICÍPIO DE CHAVES**, NIPC 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves; -----

E -----

Como segundo contratante, **HIDURBE SERVIÇOS, S.A.**, com sede na, com o número de pessoa coletiva n.º, e matricula na Conservatória do Registo Comercial de, legalmente representada por, residente na, titular do Cartão do Cidadão n.º, válido até, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme junto ao processo. -----

É celebrada a presente adenda ao contrato supra identificado, alterando o seu clausulado, passando as cláusulas 7^a, 12^a, 22^a e 23^a a ter a seguinte redação: -----

Cláusula 7^a -----

(Prazo de prestação dos serviços) -----

O segundo contratante obriga-se a concluir a execução dos serviços correspondentes às atividades previstas na cláusula 5^a, com todos os elementos exigidos no presente contrato, no prazo máximo de 25 meses e meio, a contar da data da sua celebração. -----

Cláusula 12^a -----

(Preço contratual) -----

1 - O preço total da prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como do cumprimento das demais obrigações dele decorrentes, é de **349 886,21 €** (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e vinte e um centimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

2 - -----

Cláusula 22^a -----

(Caução para garantir o cumprimento das obrigações) -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante,, efetuado na, no dia .../.../2019, através da guia n.º, no valor de **€ 994,31** (novecentos e noventa e quatro euros e trinta e um centimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos, objeto do presente contrato, coincidindo o seu prazo com o término da garantia inicial

Cláusula 23^a -----

Disposições finais -----

1 - -----

2 - -----

3 - A adenda à presente prestação de serviços, foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia ... de março de 2019;

4 - A minuta da presente adenda ao contrato inicial foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia ... de março de 2019;

5 - O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob a rubrica orçamental com a classificação económica: 070115; Cabimento: .../2019; Compromisso: .../2019; -----

6 - -----

7 - Foram apresentados pelo segundo contratante: -----

Em tudo o mais mantém-se o clausulado do referido contrato. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato n.º .../19. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. LOTE A9. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. DISTRATE. ADQUIRENTE: SGMFRUIT, S.A. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 05/GNE/2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - Enquadramento -----

1. No passado dia 06 de julho de 2017, no Cartório Privativo Municipal, a folhas nº 9, do Livro de Notas para Escrituras Diversas nº84, foi outorgado entre este Município e a sociedade comercial anónima "SGMFRUIT, S.A.", NIPC 509 053 580, com sede no Mercado Abastecedor do Porto, Pavilhão D, Posto de Vendas nº 12, Rua de Chaves Oliveira, 181 a 193, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, um contrato de compra e venda - escritura pública - tendo por objeto, a aquisição do direito de propriedade do prédio urbano - Lote A9 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves -, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 3096 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o 3367/20070131. -----

2. A aquisição do referido prédio veio a ser registada a favor da sociedade compradora pela Apresentação 600 de 2017/07/12. -----

3. Das cláusulas contratuais acordadas, faziam parte o elemento essencial - preço - fixado em €6 490,35, recebido com a formalização do contrato, e, tal como decorre das inscrições no registo predial, os prazos estipulados para a apresentação de projetos e de conclusão das obras relativas à indústria a instalar no citado Lote, bem como várias condições de funcionamento que, em caso de incumprimento, determinariam a reversão do Lote sem direito a indemnização, a favor do Município, a saber: -----

a) O não cumprimento dos prazos de início e conclusão da operação urbanística de edificação no respetivo lote e início de atividade; --

b) Desconformidade do empreendimento com os projetos ou regulamentos aprovados ou com as normas legais que regulem as atividades respectivas; -----

c) Cessação da laboração ou atividade, sem motivo justificado, por prazo superior a um ano, ou não iniciar a atividade no prazo de 90 dias contados a partir do dia seguinte   concessão da autorização de utilização respetiva, ou não instruir o processo do pedido de

autorização de construção, junto da Câmara Municipal, no prazo máximo de 6 meses, após a celebração do contrato; -----

d) O não pagamento ou não cumprimento dos prazos que forem estabelecidos para os demais encargos, bem como a violação do disposto nos artigos 27º, 28º, 29º e 30º do Regulamento do Parque de Atividades de Chaves. -----

4. Através do requerimento com o registo DCG/2019, DAF, E,G, 1623 20-02-2019, veio a sociedade adquirente supra identificada requerer a revogação da escritura de compra e venda do aludido Lote A9, do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, invocando as seguintes razões: -----

- Registou-se uma alteração nos pressupostos que estiveram subjacentes à aquisição do Lote A9, no tocante à realização do investimento e mais concretamente à impossibilidade com que a empresa se deparou de fazer deslocar os recursos humanos indispensáveis à gestão da unidade local, da empresa mãe, da região do Porto, para a unidade a construir em Chaves. -----

2 - Justificação -----

1. A adjudicação do direito de propriedade do Lote A9, do Parque de Atividades de Chaves, situado em Vale de Salgueiro de Cima/Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 3096 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o número 3367/20070131, foi decidida pelo executivo camarário em sua reunião de 23 de junho de 2017, no âmbito de procedimento público concursal, aberto por deliberações dos órgãos municipais de 3 e 15 de fevereiro de 2017, em sede de concretização de políticas públicas municipais de incentivo à fixação de empresas e criação de postos de trabalho no concelho. -----

2. As adjudicações do direito de propriedade sobre os Lotes do Parque Empresarial e da Plataforma Logística, praticadas pelo executivo camarário, no âmbito do procedimento concursal desencadeado para o efeito, e nas condições aí estabelecidas, são indissociáveis da prossecução do interesse público municipal. -----

3. Os esclarecimentos, agora, apresentados pela adjudicatária SGMFRUIT, S.A., na sequência da notificação que lhe foi enviada pelo Município, com a referência DCG-GNE nº 51/2019-56., de 2019/02/04, vêm aclarar as circunstâncias que motivaram a falta de cumprimento, escrupuloso, das cláusulas contratuais, servindo as mesmas como atenuante, sendo certo que uma revogação do contrato, com o regresso à esfera patrimonial privada do aludido lote, não colide com a defesa do interesse público, uma vez que, atualmente, existem várias manifestações de interesse na aquisição de Lotes do Parque Empresarial, assistindo-se, já, a uma maior procura do que oferta de lotes disponíveis. -----

4. De facto, tendo os órgãos municipais deliberado, em 8 de fevereiro - Câmara - e em 28 de fevereiro - assembleia - nos termos da Proposta Nº 06/GAP/2018, manter o incentivo à fixação de empresas no Parque Empresarial de Chaves - Parque de Atividades e Plataforma Logística - , durante o presente mandato autárquico, e enquanto houver lotes disponíveis, o Lote A9, em causa, caso seja resolvido o contrato, poderá vir a integrar a lista de lotes disponíveis do procedimento concursal, aumentando a oferta, sem que o interesse público seja colocado em causa. -----

5. Neste enfoque, parece conjugarem-se os motivos conducentes à formulação da vontade das partes, para de comum acordo, revogarem o contrato outorgado em 06 de julho de 2017. -----

6. Face aos factos atrás expostos, está-se em presença de uma matéria tratada na Subseção VI, do Capítulo II do Código Civil, particularmente nos Artigos 432º e seguintes. -----

7. De facto, em face dos elementos que foram essenciais na formalização do negócio jurídico, particularmente o estabelecimento das obrigações a que ficou sujeita a sociedade compradora, as quais não irão ser cumpridas, pelos motivos invocados, há interesse de ambas as partes contratantes em distratar o retro identificado contrato de compra e venda, fazendo-as regressar à situação em que se encontravam anteriormente à outorga do mesmo, em conformidade com o disposto no Artigo 434º do Código Civil. -----

3 - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e para efeitos do disposto no Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, conjugada com os Artigos 432º e 434º do Código Civil, tomo a liberdade de sugerir que superiormente seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista a ser autorizado o distrate do aludido contrato de compra e venda, mediante declaração da resolução/revogação do mesmo e extinção dos seus efeitos, no sentido do Lote A9 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, regressar à esfera patrimonial privada deste Município; -----

b) Consequentemente, e por efeitos da declaração da resolução/revogação do contrato, deverá ser restituída à interessada SGMFRUIT, S.A., o preço pago, no montante de €6 490,35 (seis mil, quatrocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos), tendo este cobertura na Ação 6/2006 - classificação económica 07 01 01; -----

c) Consequentemente, seja titulada a resolução do negócio por escritura pública - "distrate" - a outorgar no Cartório Privativo Municipal, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato; -----

d) Que todas as despesas emergentes do distrate e consequente revogação do contrato em causa, designadamente emolumentos com certidões, escritura e impostos, sejam suportadas pela sociedade SGMFRUIT, S.A., dado ter sido a parte contratual que deu origem ao facto; -----

e) Que a decisão administrativa que vier a praticada, sobre a matéria, seja notificada à interessada, por carta registada, nos termos do artigo 114.º do CPA; -----

f) Por fim, caso a presente proposta tenha acolhimento favorável, deverá a mesma ser reencaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para efeitos da operacionalização da comunicação da resolução/revogação do contrato e promoção das diligências procedimentais subsequentes, bem como ser reencaminhada para a Divisão de Gestão Financeira, para que esta unidade orgânica despolete os procedimentos necessários à aludida restituição e, ainda, para a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, para efeitos de atualização da base de dados referente aos lotes disponíveis no Parque de Atividades de Chaves e consequente divulgação da disponibilidade do Lote A9, ora, em causa, no procedimento concursal de alienação existente. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 25 de fevereiro de 2019 -----

A Técnica Superior, -----
 Cristina Rodrigues -----
 Em anexo: -----
 O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.25. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.26. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. APROVAÇÃO DA ATA DA HASTA PÚBLICA DESTINADA À ALIENAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DE SEIS PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS). - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO. PROPOSTA N.º 15/GAP/2019. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Em reunião do executivo camarário de 13 de dezembro de 2018, foi deliberado, por unanimidade, abrir um procedimento, na modalidade de hasta pública, tendente à alienação/adjudicação do direito de propriedade de prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º Ciclo, com a identificação e valores para alienação, infra indicados: -----

Escola	Freguesia	Artigo Matricial	Desc. Conservatória	Valor de licitação
Couto	Ervededo	U-740°	1543/20100906	€31 820,00
Outeiro Jusão	Madalena e Samaiões	U-1101°	1364/20100906	€21 250,00
France	Moreiras	U-368°	826/20100906	€13 450,00
Matosinhos	Santa Leocádia	U-559°	1047/20100906	€13 470,00
Ventuzelos	S. Pedro de Agostém	U-1756°	3032/20100906	€14 610,00
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	U-994°	948/20100929	€5 560,00

No prazo estipulado para a apresentação de propostas - 31 de janeiro de 2019 -, deram entrada nos serviços administrativos municipais seis propostas, a saber: -----

- Proposta com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 753 22-01-2019, subscrita por Elisabete Maria de Carvalho Lima Moreira, com morada na Rua Adalberto G. Sousa Dias, Bloco 74, 2º B, Chaves, tendo a proposta por objeto a Escola Primária de France; -----
- Proposta apresentada no dia 30 de janeiro de 2019, com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 1002 30-01-2019, subscrita por Maria Teresa Lucas de Barros Fernandes, com morada na Rua da Capela, nº 8, Ventuzelos, Chaves, tendo a proposta por objeto a Escola Primária de Ventuzelos; -----
- Proposta apresentada às 11:20 horas do dia 31 de janeiro de 2019, com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 1018 30-01-2019, subscrita por Delfim Calheias Rodrigues, com morada em Ventuzelos, Chaves, tendo a proposta por objeto a Escola Primária de Ventuzelos; -----
- Proposta apresentada às 11:23 horas, do dia 31 de janeiro de 2019, com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 1019 31-01-2019, subscrita por Ludovina Rosa Santos Gomes, com morada na Av. da

República, Edifício Moreiras, Bloco D, 1º Dtº, Chaves, tendo a proposta por por objeto a Escola Primária de Outeiro Jusão; -----

• Proposta apresentada às 11:26 horas, do dia 31 de janeiro de 2019, com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 1020 31-01-2019, subscrita por Hugo Miguel Ferreira da Costa, com morada no Bairro do Céu, Rua Central, nº 1, Outeiro Jusão-Chaves, tendo a proposta por objeto a Escola Primária de Outeiro Jusão; -----

• Proposta apresentada às 14:45 horas, do dia 31 de janeiro de 2019, com o registo de entrada DCG/2019, DAF, E,G, 1033 31-01-2019, subscrita por Rui Manuel Ferreira da Fonseca, com morada na Rua Nova da Levadinha nº 50, Pedrouços-Maia, tendo a proposta por objeto a Escola Primária de Matosinhos. -----

2. A Comissão designada para o efeito elaborou a Ata da hasta pública, relatando o sucedido na praça, documento que se anexa, a esta proposta, para os devidos efeitos. -----

II - Justificação -----

1. De acordo com a Ata da Hasta Pública, subscrita pelos membros da respetiva Comissão, compareceram no ato público Ludovina Rosa Santos Gomes, concorrente; Rui Manuel Ferreira da Fonseca, concorrente; Delfim Calheias Rodrigues, concorrente, acompanhado de Fernanda Sousa Ramos Rodrigues; Maria Teresa Lucas de Barros Fernandes, concorrente; Hugo Miguel ferreira da Costa, concorrente, acompanhado de Paula Alexandra dos Santos Chaves; Pedro Barroco, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém. -----

2. As propostas apresentadas, tendo por objeto as Escolas Primárias infra identificadas, propunham os seguintes valores: -----

Escolas	Propostas	
	Proponente	Valor
Outeiro Jusão	Ludovina Rosa Santos Gomes	€ 21.500,00
	Hugo Miguel F. Costa Bairro do Céu - Rua Central, n.º 1 5400-575 Chaves	€ 22.501,23
France	Elisabete Maria Carvalho Lima Moreira Rua Adalberto G. Sousa Dias, BL. 74, 2º B 5400-023 Chaves	€ 13.500,00
Matosinhos	Rui Manuel Ferreira Fonseca Rua Nova da Levadinha, n.º 50 4425-673 Pedrouços - Maia	€ 13.500,00
Ventuzelos	Maria Teresa Lucas de Barros Fernandes	€ 14.610,00
	Delfim Calheias Rodrigues Lugar de Ventuzelos	€ 16.000,00

Todas as propostas apresentaram valores superiores aos valores base de licitação respectivos. -----

Os membros da Comissão consideraram que as propostas reuniam os requisitos para a sua admissão, e havendo duas propostas válidas, para a Escola Primária de Outeiro Jusão e para a Escola Primária de Ventuzelos, nos termos previstos no Artigo 4º das Normas Disciplinadoras, abriram licitação, a partir da posposta mais elevada.

3. A concorrente Ludovina Gomes, foi a primeira licitante, para a Escola Primária de Outeiro Jusão, com um lanço mínimo de €500,00, subindo a proposta para €23 001,23. O concorrente Hugo Costa licitou para €25 501,23, tendo a concorrente Ludovina Gomes licitado para €26 001,23. Seguiu-se um período de licitações, entre aqueles dois concorrentes, tendo a licitação terminado com um lanço de €500,00 do concorrente Hugo Costa, elevando a proposta para €33 501,23. Os membros

da comissão deliberaram, por unanimidade, adjudicar provisoriamente o imóvel identificado como **"Escola Primária de Outeiro Jusão"**, sito na freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1101º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1364/20100906 a **Hugo Miguel Ferreira da Costa**, pelo valor de **€33 501,23**. -----

4. Relativamente à Escola Primária de Ventuzelos, procedeu-se a licitação, a partir da posposta mais elevada, ou seja, a partir dos €16 000,00. Assim, a concorrente Teresa Fernandes, foi a primeira licitante, com um lanço mínimo de €500,00, subindo a proposta para €16 500,00, tendo o concorrente Delfim Rodrigues, licitado para €17 000,00. Seguiu-se um período de licitações, entre aqueles dois concorrentes, tendo a licitação terminado com um lanço de €500,00 do concorrente Delfim Rodrigues, elevando a proposta para **€21 000,00**. Os membros da comissão deliberaram, por unanimidade, adjudicar provisoriamente o imóvel identificado como **"Escola Primária de Ventuzelos"**, sito na freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1756º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 3032/20100929 a **Delfim Calheias Rodrigues**, pelo valor de **€21 000,00**.-

5. Tendo havido propostas únicas para as Escolas Primárias de Matosinhos e de France, não houve procedimento de licitação, tendo a Comissão deliberado adjudicar provisoriamente: -----

i) A **"Escola Primária de France"**, sita na freguesia de Moreiras, concelho de Chaves, inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo 368º, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 826/20100906, à concorrente **Elisabete Maria de Carvalho Lima Moreira**, pelo valor de **€13 500,00**, tendo esta concorrente, após a hasta pública, no dia 11 do corrente mês, vindo proceder ao pagamento de €675,00, através do cheque nº6400000005, da conta nº 24544793020, do Banco Santander Totta, perfazendo 10% do valor da adjudicação; ---

ii) A **"Escola Primária de Matosinhos"**, sita na freguesia de Santa Leocádia, concelho de Chaves, inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo 559º, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1047/20100906, ao concorrente **Rui Manuel Ferreira da Fonseca**, pelo valor de **€13 500,00**. -----

III - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e à luz do disposto na alínea g) do nº1 do Artigo 33º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:

a) Adjudicar, definitivamente, o prédio urbano composto por **"Escola Primária de Outeiro Jusão"**, sito na freguesia de Madalena e Samaiões, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1101º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1364/20100906, a **Hugo Miguel Ferreira da Costa**, pelo valor de **€33 501,23** (trinta e três mil, quinhentos e um euros e vinte e três cêntimos); -----

b) Adjudicar, definitivamente, o prédio urbano composto por **"Escola Primária de France"**, sito na freguesia de Moreiras, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 368º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 826/20100906, à concorrente **Elisabete Maria de Carvalho Lima Moreira**, pelo valor de **€13 500,00** (treze mil e quinhentos euros); -----

c) Adjudicar, definitivamente, o prédio urbano composto por **"Escola Primária de Matosinhos"**, sito na freguesia de Santa Leocádia, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 559º,

descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1047/20100906, ao concorrente **Rui Manuel Ferreira da Fonseca**, pelo valor de **€13 500,00 (treze mil e quinhentos euros)**; -----

d) Adjudicar, definitivamente, o imóvel identificado como "**Escola Primária de Ventuzelos**", sito na freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1756º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 3032/20100929, a **Delfim Calheias Rodrigues**, pelo valor de **€21 000,00 (vinte e um mil euros)**; -----

e) Os respetivos contratos - escrituras - deverão ser formalizados pelo Oficial Público da Autarquia e Notário Privativo e, em conformidade com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº116/2008, de 4 de julho, e alínea b), do nº2, do Artigo 35º do Anexo I, da Lei supra citada, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar tais contratos; -----

f) Por último, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da mesma e da decisão administrativa praticada sobre a matéria, aos adjudicatários interessados, acima identificados, mediante a expedição das competentes notificações ao abrigo do Artigo 114º do novo Código do Procedimento Administrativo, bem como devolver às concorrentes preteridas, Ludovina Rosa Santos Gomes e Maria Teresa Lucas de Barros Fernandes, os cheques que instruíram as suas propostas, nos valores de €1 075,00, e de €730,50, correspondentes a 5% das mesmas. -----

Chaves, 27 de fevereiro de 2019. -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz Ribeiro -----

Em anexo: Ata da Hasta Pública destinada à alienação e/ou adjudicação do direito de propriedade de seis prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º Ciclo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

1. APRECIÇÃO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS RELATIVO AO PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL "PARQUE AVENTURA" - REQUERENTE: NATURTHOUGHTS - TURISMO DE NATUREZA, LDA. - MORADA: RUA 25 DE ABRIL, N.º 1095, 5370-081 CARVALHAIS, MIRANDELA. INFORMAÇÃO N.º 21/DSC/2019, DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA DE 13.02.2019. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. No pretérito dia 08/01/2019, o Gestor de Projeto, reencaminhou para a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF-PIM) uma mensagem de correio eletrónico provida do Gabinete de Notariado e Expropriações (GNE) - Departamento de Coordenação Geral; -----

2. A referida comunicação, referente à extinção do direito de superfície destinado à conceção, construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão, vinha acompanhada da informação/proposta n.º 53/2018 do GNE que tinha sido objeto de deliberação pelo executivo camarário na sua reunião do dia 13/12/2018 e do requerimento apresentado pela interessada; -----

3. Face à decisão administrativa constante da referida informação e ao requerimento apresentados caberia à referida Comissão Municipal proceder à análise do pedido e emissão de respetivo parecer, tendo em consideração os efeitos previstos no art.º 15º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal; -----

4. O requerimento foi objeto de apreciação na reunião da CTAAF - PIM, ocorrida no dia 05/02/2019. -----

5. Com esta informação pretende-se propor que seja acolhida a proposta de decisão da Comissão sobre o pedido da interessada, conforme constante no Auto de Diligência n.º 3/CTAAF-PIM/2019. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA -----

1. Ao abrigo do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM), a requerente solicitou, em 05/06/2017, a classificação de Projeto de Interesse Municipal (PIM) para o projeto de investimento denominado "Parque Aventura", a concretizar na freguesia S. Pedro de Agostém no espaço "Quinta do Rebentão". -----

2. A pretensão em causa foi deferida por deliberação do Órgão Executivo, em 04/08/2017, resultando na atribuição da classificação de PIM, bem como na aprovação da concessão de benefícios tributários municipais, traduzidos na redução de 31% respetivamente do valor do IMT (no montante estimado de €687,80) e do valor do IMI. -----

3. No dia 18/10/2017 foi assinado o contrato de concessão de benefícios tributários municipais, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do referido contrato em 20/12/2017, do qual se destaca: Cláusula 2.ª (Objetos e metas do projeto de interesse municipal) ---

"O projeto de investimento objeto de presente contrato de concessão de benefícios tributários municipais, consubstancia a concretização do projeto de investimento denominado "Parque Aventura", com a seguinte previsão: -----

- Montante de investimento: €2153.500,00 -----
- Número de postos de trabalho: 1 -----
- Prazo para a implementação do projeto: 23 meses." -----

Cláusula 5.ª (Obrigações do Promotor) -----

"Pelo presente contrato a sociedade NATURTHOUGHTS - Turismo de Natureza, Lda., obriga-se a: -----

a) Executar integralmente o projeto de investimento nos termos e prazos fixados em sede de candidatura e cumprir os demais objetivos constantes desta; -----

b) Manter afeto à respetiva atividade o investimento realizado, bem como a manter a sua localização geográfica, durante um período mínimo de cinco anos a contar da data da realização integral do investimento;

c) Prestar ao Município de Chaves, semestralmente, relatório de execução do projeto de investimento, indicando a execução física do projeto e remetendo a demais documentação necessária, para comprovar os pressupostos referidos aquando da avaliação da candidatura; -----

d) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a Segurança Social; -----

e) Comunicar ao Município de Chaves qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os pressupostos relativos às condições de acesso que permitiram a aprovação da candidatura, bem como a sua realização;

f) Comunicar por escrito ao Município de Chaves mudanças de domicílio ou sede, no prazo de 10 dias contados a partir da data de ocorrência. -----

4. Em decorrência das competências atribuídas à CTAAF-PIM no âmbito da verificação do cumprimento das condições consagradas no contrato, em 07/03/2018, foi remetido à promotora um "alerta" para entrega do 1º relatório semestral de execução do projeto de investimento, relativo ao período de 18/10/2017 a 17/04/2018. -----

5. Em face da ausência da apresentação do referido relatório, e encontrando-se em incumprimento contratual desde 30/04/2018 a interessada foi notificada, a 14/06/2018, para proceder à entrega do mesmo, num prazo de 10 dias em conformidade com o CPA. -----

6. A 11/07/2018, por via telefónica, é transmitida à relatora da CTAAF-PIM que a firma não iria remeter relatório algum em virtude de estarem a decorrer negociações para por termo aos contratos previamente celebrados com o Município. -----

7. A 10/09/2018, a interessada veio através de requerimento solicitar (i) a extinção do direito de superfície constituído sobre as parcelas onde seria implantado o projeto PIM e, conseqüentemente, (ii) a revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, estabelecido como o Município em 18/10/2018. -----

8. A CTAAF-PIM, na sua reunião do dia 15/01/2019, toma conhecimento da necessidade de proceder à análise do pedido e emissão do respetivo parecer em face da decisão administrativa constante da informação/proposta n.º 53/2018 do GNE. -----

9. A referida análise só ocorre na seguinte (05/02/2019) reunião da Comissão, quando a mesma tem em seu poder os comprovativos da fruição por parte da peticionária dos benefícios concedidos. -----

10. Nessa reunião, segundo o extrato do Auto de Diligência n.º 3 de 2019, a CTAAF-PIM, após apreciar a informação constante do processo administrativo e a informação apresentada pela peticionária, apurou o seguinte:-----

(i) Em 04/08/2017, o executivo camarário deliberou atribuir a classificação de Projeto de Interesse Municipal ao projeto de investimento "Parque Aventura (Quinta do Rebentão - Vila Nova de Veiga)" candidatado pela sociedade "Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda." tendo-lhe sido concedido os seguintes benefícios fiscais: a) Redução de 31% sobre o valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI); e b) Redução de 31% sobre o valor do Imposto Municipal Sobre Transações (IMT). -----

(ii) Em 18/10/2017 foi outorgado o respetivo Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais; -----

(iii) Em 20/10/2017 o Município constitui, por 30 anos, a favor referida sociedade, o direito de superfície sobre dois prédios sitos na Quinta do Rebentão onde seria implantado o projeto económico "Parque Aventura"; -----

(iv) Nesse mesmo dia, a superficiária líquida, na íntegra, o correspondente Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), no valor de 1.473,49€; -----

(v) Entretanto a 29/12/2017 e a 01/04/2018 a citada sociedade, em resultado do pedido de reavaliação do IMT cobrado, junto dos serviços locais da Autoridade Tributária e Aduaneira, vê-se ressarcida na

íntegra (456,78€) do valor do benefício tributário municipal concedido e contratualizado (31% de redução do IMT); -----

-(vi) Desde 30/04/2018, que a entidade promotora se encontrava em situação de incumprimento contratual em virtude de não ter apresentado o "1º relatório semestral de execução do projeto de investimento" relativo ao período de 18/10/2017 a 17/04/2018, tendo a mesma sido notificada, a 14/06/2018, para proceder à entrega do mesmo, num prazo de 10 dias em conformidade com o CPA; -----

(vii) A 11/07/2018, por via telefónica, é transmitida à relatora da CTAAF-PIM que a firma não iria remeter relatório algum em virtude de estarem a decorrer negociações para por termo aos contratos previamente celebrados com o Município; -----

(viii) A 10/09/2018, a interessada veio através de requerimento solicitar (i) a extinção do direito de superfície constituído sobre as parcelas onde seria implantado o projeto PIM e, consequentemente, (ii) a revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, estabelecido como o Município em 18/10/2018; -----

(ix) Em sustentação do seu pedido a empresa invoca que após estudos mais aprofundados constatou que seria necessário um investimento muito superior ao inicialmente previsto no Estudo de Viabilidade Económico e Financeira apresentado aquando da candidatura o que torna este projeto economicamente inviável. -----

(x) A entidade promotora não chegou a usufruir do benefício concedido em termos de IMI, para o ano de 2018; -----

(xi) No pretérito dia 13/12/2018, o executivo municipal deliberou resolver o contrato, constituído por escritura no dia 20/10/2017, a favor referida sociedade, culminando na extinção do direito de superfície. -----

11. A CTAAF-PIM, face ao exposto e considerando que: -----

(i) A extinção do citado direito de superfície, por mútuo acordo, implica a automática revogação do Contrato uma vez que deixa de ser exequível o projeto de investimento subjacente; -----

(ii) Com a revogação do contrato, deverão ser aplicados os efeitos previstos no art.º 15.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM), havendo neste caso específico e uma vez que foi uma decisão por mútuo acordo, apenas a obrigação da beneficiária ressarcir o Município de Chaves da importância de 456,78€, correspondente à receita fiscal não arrecadada por aquele. -----

deliberou propor a tomada de decisão administrativa, pelos órgãos municipais competentes, consubstanciada no deferimento do pedido de revogação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, com as seguintes consequências, que deverão ser notificadas à respetiva interessada: -----

(i) Perda total dos benefícios fiscais concedidos desde a data de aprovação do mesmo; -----

(ii) Obrigação de, no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, e independente do tempo entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de imposto, pagar, nos termos da lei, as importâncias correspondentes às receitas fiscais não arrecadadas (456,78 €); -----

(iii) Eventual procedimento executivo em resultado da falta de pagamento dentro do prazo estipulado. -----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e de acordo com o preconizado pela Comissão, na qualidade de relatora da mesma cumpre-me sugerir que seja submetida à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

1. Que, o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista a ser adotada decisão administrativa consubstanciada no deferimento do pedido de revogação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado com a requerente em 18/10/2017, culminando na perda total dos benefícios fiscais concedidos desde a data de aprovação do mesmo e da obrigação da requerente restituir as receitas fiscais não arrecadadas (456,78 €); -----

2. Caso haja decisão nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1. Que seja notificada a interessada, nos termos do artigo 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação e das respetivas consequências: -----

(i) Perda total dos benefícios fiscais concedidos desde a data de aprovação do mesmo; -----

(ii) Obrigação de, no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, e independente do tempo entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de imposto, pagar, nos termos da lei, as importâncias correspondentes às receitas fiscais não arrecadadas (456,78 €); -----

(iii) Eventual procedimento executivo em resultado da falta de pagamento dentro do prazo estipulado. -----

2.2. Encaminhar a presente informação para o GNE, para que tome as diligências necessárias à formalização da revogação do contrato concessão de benefícios tributários municipais outorgados; -----

2.3. Em coerência com a atuação seguida aquando da celebração do contrato, dever-se-á dar conhecimento da revogação do mesmo à Assembleia Municipal, na primeira sessão daquele órgão deliberativo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 14.02.2019 -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2-Na qualidade de Gestor do Processos das candidaturas PIM, e tendo por base: -----

(ii) A presente informação técnica; -----

(iii) as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa; -----

3- Propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação/proposta à consideração do Senhor Presidente, para que o mesmo profira despacho de submeter o processo a reunião do Executivo Municipal para deliberação em conformidade com o preconizado na parte III da proposta. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral-

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2019.02.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2019.02.27. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, retomando a sua participação na presente reunião. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

-
- ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----
- ⁱⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. ----
- ⁱⁱⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. ----